

2021

Relatório de Gestão
Instituto de Terras do
Pará

Janeiro/2022



HELDER ZALUTH BARBALHO
Governador do Estado

LÚCIO DUTRA VALE
Vice-Governador

HUGO YUTAKA SUENAGA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS
Presidente

CELSO TRIER WEILER
Assessor Chefe

GRAÇA MARTINS CAVADA
Chefe de Gabinete

JOÃO DE PAIVA GOUVEIA NETO
Diretor Jurídico

SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY
Diretora de Administração e Finanças

MARICELI NASCIMENTO MOURA FLEXA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

POTIGUARA PRAZERES DE OLIVEIRA FERREIRA
Resp. pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Belém-PA
Janeiro / 2022

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. A INSTITUIÇÃO	7
3. MISSÃO	8
4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	9
5. INTRODUÇÃO	10
6. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021	11
7. O QUE FIZEMOS EM 2021	16
7.1. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	16
7.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	26
7.3. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA	28
8. ATIVIDADES INTERMEDIÁRIAS	30
8.1. Arrecadação e Matrícula de Terras Devolutas sob Jurisdição Estadual	30
8.2. Ações de Campo	33
8.3. Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará – SICARF ...	34
8.4. Núcleo de Tecnologia da Informação	36
8.4.1. Tecnologia, Infraestrutura e Recursos Humanos	37
8.4.2. Implementação de Infraestrutura de Redes	38
8.4.3. Implementação de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital	39
8.4.4. Implementação de Infraestrutura de Comunicação	39
8.4.5. Incentivo e Participação no Processo de Desenvolvimento Evolutivo no Sistema SICARF	39
8.4.6. Suporte ao Usuário	39
8.4.7. Planejamento e Melhorias da Infraestrutura	40
8.5. Ouvidoria Agrária	41
8.5.1. Materiais e Métodos:	41

8.5.2. Catalogação de Conflitos Fundiários	42
8.5.2.1. Área Privada (sem possibilidade de acordo)	42
8.5.2.2. Processo que Demanda Ação Judicial/Pedido Administrativo de Cancelamento para Destinação	43
8.5.2.3. Em Processo de Conciliação	44
8.5.2.4. Diligências Técnicas de Viabilidade	45
8.5.2.5. Análise Jurídica/Parecer Normativo	46
8.5.2.6. Em Fase Final de Destinação ou Indenização	46
8.5.2.7. Aguardando Transito em Julgado	47
8.5.2.9. Resultados Alcançados	53
9. O QUE IREMOS FAZER	57
10. AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)	58
11. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS	67
11.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	67
11.1.1. Programa: Governança Pública	69
11.1.2. Programa: Manutenção da Gestão	70
11.1.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	71
11.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	71
11.3. AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS COMPROMISSOS REGIONAIS	75
11.4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, META FÍSICA E FINANCEIRA	79
11.4.1. Programa: Governança Pública	79
11.4.2. Programa: Manutenção da Gestão	81
11.4.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	83

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Terras do Pará - ITERPA, apresenta as principais realizações desenvolvidas no ano de 2021. Sua estrutura institucional, organizada em três diretorias, além da Assessoria da Presidência, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ouvidoria, Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários e Comissão Permanente de Análise de Documentos, refletem as ações estratégicas de responsabilidade do Iterpa que estão alinhadas com as metas governamentais que, por sua vez, foram pactuadas no Plano Plurianual 2020-2023.

Este relatório de Gestão contém informações sobre a execução dos programas e das ações realizadas pelo Iterpa constantes no PPA que, ao mesmo tempo, relacionam-se com os objetivos estratégicos e compromissos regionais do governo. Além de registrar os resultados, que evidencia os impactos e atuação nos municípios e regiões de integração.

Estes resultados visam demonstrar os reflexos diretos e indiretos à sociedade, e sua influência nos indicadores, especialmente nos que expressam o ordenamento territorial do Estado, uma vez que o seu foco de atuação gera benefícios, sobretudo, nas atividades de pequenas propriedades rurais e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

2. A INSTITUIÇÃO

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época, e que além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense, sua

missão principal era a de “ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas”.

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral por meio do Decreto nº 063, de 14.03.2007.

3. MISSÃO

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

- a) precisar, retificar, aviventar e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominiais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;
- c) extremar o domínio público do particular;
- d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;
- e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;

II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;

III- Manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;

IV- Organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;

V- Fixar quais áreas que podem ser alienadas quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;

VI- Transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;

VII- Respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;

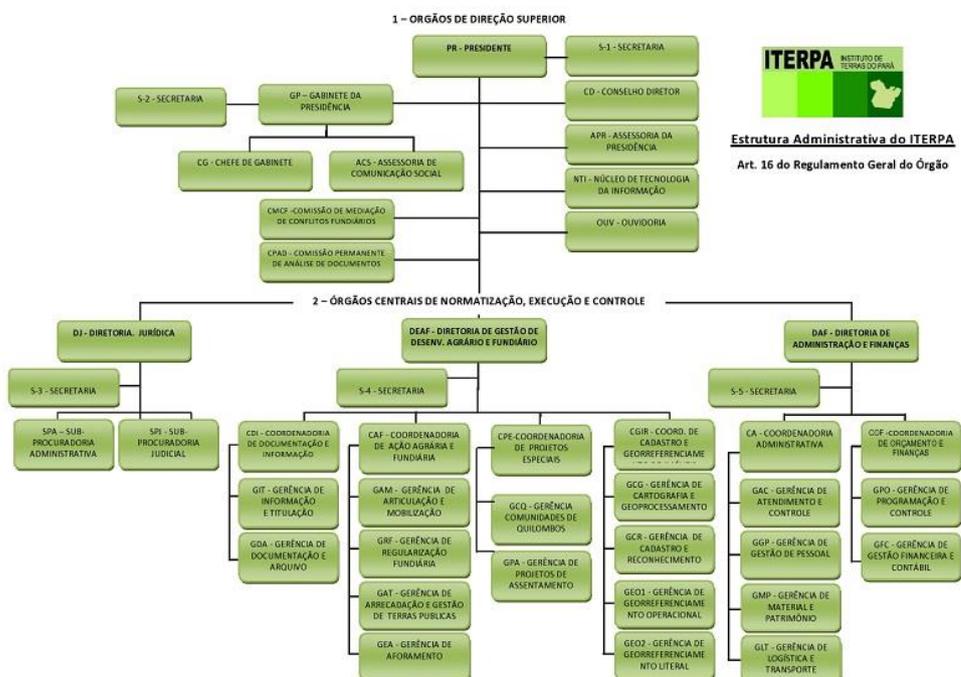
VIII- Combater a especulação agrária e a depredação florestal;

IX- Aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do ITERPA, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

ORGANOGRAMA



5. INTRODUÇÃO

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2020-2023, na qual estabelece objetivos, metas e ações com base nas diretrizes estratégicas: sociedade de direitos, crescimento inteligente, trabalho com responsabilidade, gestão pública eficiente presente; que orientam a implementação da ação governamental.

No PPA as atividades finalísticas do Iterpa estão dispostas no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, com a ação de regularização fundiária, tendo como objetivo a realização do ordenamento territorial e regularização fundiária no Estado, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária.

Desta forma, a organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações e alicerçada aos demais programas, manutenção da gestão e governança pública.

Neste sentido, este Relatório de Gestão, referente ao ano de 2021, apresenta, de forma sucinta, as principais realizações consolidadas nos três programas do PPA que o Iterpa participa, sendo:

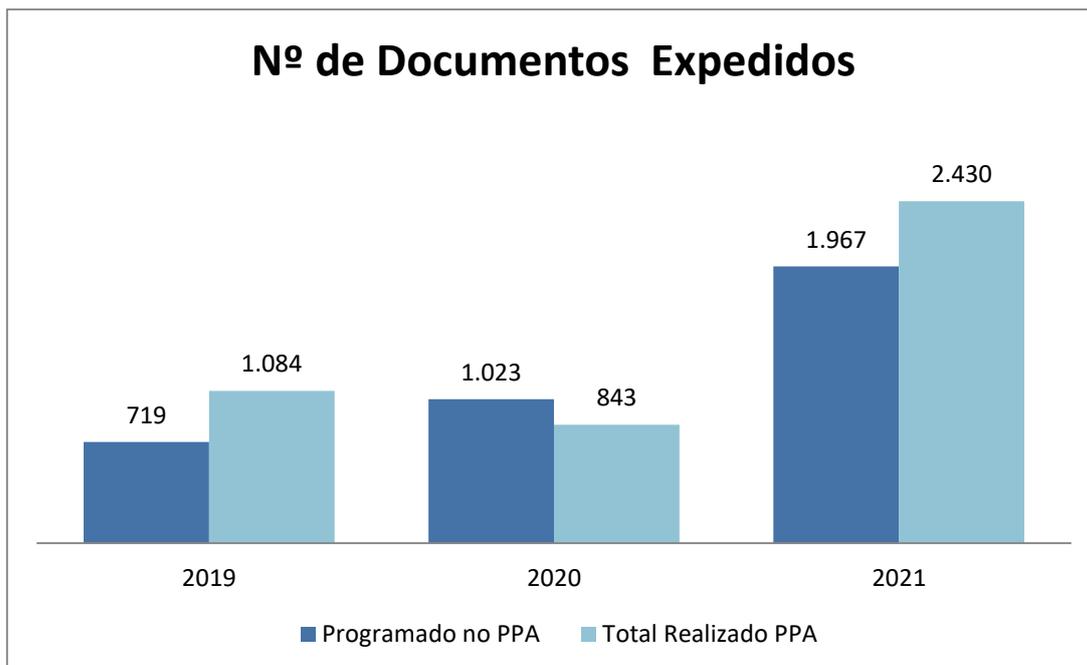
1. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial;
2. Manutenção da Gestão; e
3. Governança Pública.

6. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021

Emissão de **4.357 Documentos de terra**, sendo 2.508 títulos definitivos individuais, 06 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 04 títulos de légua patrimonial, 868 documentos de regularização urbana; 608 concessões de direito real de uso; 330 certidões de terras; 28 termos de permuta e 08 termos de resgate de aforamento, beneficiando agricultores de todas as Regiões de Integração

Ano	Programado no PPA	Certidões emitidas	Títulos de Terra Individuais	Título coletivos	Título de légua patrimonial	REURB	CDRU	CDRU coletivo	Termos de aforamento	Termo de permuta	Total Realizado PPA
2019	719	72	948		1		60	3			1.084
2020	1.023	111	360	3	3		349	2	4	11	843
*2021	1.967	147	1.200	3		868	193	1	4	17	2.430
Total	3.709	330	2.508	6	4	868	602	6	8	28	4.357

Fonte: SIGPLAN



(*) Fonte: SIGPLAN

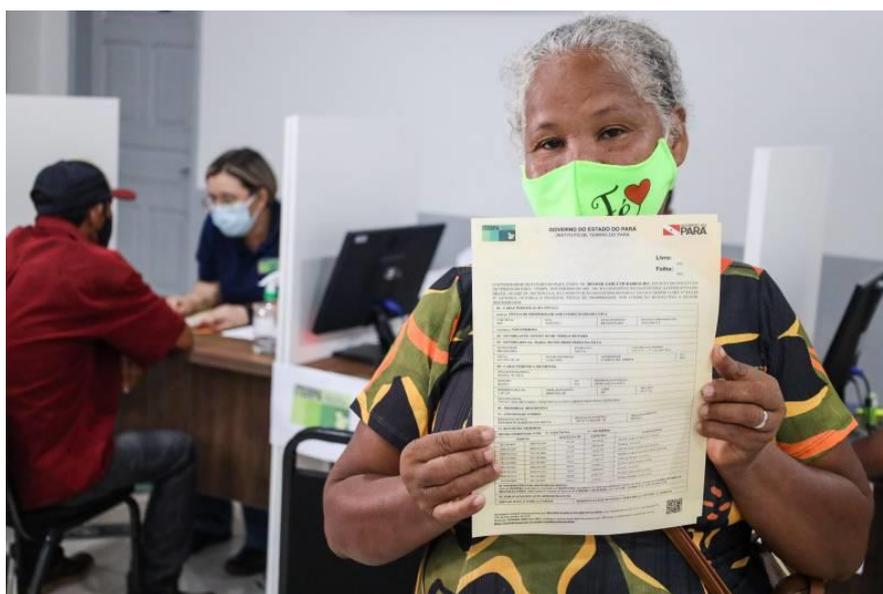
- **Emissão de 2.508 títulos definitivos individuais de lotes rurais**



Entrega de 60 títulos de terras em Almeirim na Região do Baixo Amazonas - 07/05/2021



Entrega de 168 títulos definitivos de terra em São Félix do Xingu na Região do Araguaia – 30/06/2021



Títulos definitivos de terra entregues para 89 produtores familiares da zona rural do município de Breu Branco na Região do Lago Tucuruí 08/10/2021

- **Emissão de 868 documentos de terra de regularização urbana**



Entrega de títulos de terra para 385 famílias da área urbana de Marituba –
27/09/2021

- **Emissão de 04 títulos de légua patrimonial**



Entrega de título de légua patrimonial para o município de Capanema

- Emissão de 06 títulos coletivos de reconhecimento para comunidades quilombolas



Entrega de título coletivo para Comunidade Quilombola União São João no município de Prainha



Entrega de títulos quilombolas para as Comunidades Balieiro, Cuxiú e São Benedito no Teatro da Paz em 19/11/2021



Entrega de títulos quilombolas para as Comunidades Balieiro, Cuxiú e São Benedito no Teatro da Paz em 19/11/2021

7. O QUE FIZEMOS EM 2021

7.1. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL

No programa meio ambiente e ordenamento territorial, o Iterpa é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra, beneficiando prioritariamente pequenos proprietários rurais, comunidades quilombolas e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

As ações estratégicas do governo para regularização fundiária de áreas de jurisdição estadual, também priorizam os municípios contemplados no programa territórios sustentáveis, e a regularização fundiária urbana (REURB), ou seja, regularização de núcleos urbanos irregulares, de modo a assegurar o direito de propriedades aos diferentes segmentos sociais, conquistando avanços importantes na política fundiária do estado.

Ação: Regularização Fundiária

Produto: Documento Expedido

- Emissão de **2.430 Documentos de terra**, sendo 1.200 títulos definitivos individuais, 3 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 868 documentos de regularização urbana, 194 concessões de direito real de uso, 147 certidões de terras, 17 termos de permuta e 04 termos de resgate de aforamento, beneficiando cerca de 1.835 famílias de agricultores de todas as Regiões de Integração e 868 famílias moradores de áreas urbanas da Região do Guajará - municípios de Ananindeua, Belém e Marituba – e da Região Carajás - Marabá. Foi aplicado o valor de **R\$ 11.005.986,56** na ação de regularização fundiária.

Quadro 1: Documentos Expedidos por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Araguaia	Conceição do Araguaia	5
	Cumaru do Norte	11
	Redenção	1
	Santa Maria das Barreiras	8
	Santana do Araguaia	6
	São Félix do Xingu	116
	Xinguara	1
Baixo Amazonas	Almeirim	2
	Alenquer	8
	Juruti	33
	Monte Alegre	4
	Óbidos	4
	Oriximiná	1
	Prainha	26
	Santarém	3
	Curionópolis	1
	Eldorado dos Carajás	16
	Marabá	273
	Parauapebas	130
	São Geraldo do Araguaia	3
Guajará	Ananindeua	228

	Belém	21
	Benevides	12
	Marituba	385
	Santa Bárbara do Pará	66
Guamá	Castanhal	8
	Igarapé Açu	101
	Maracanã	1
	Marapanim	4
	Santa Izabel do Pará	1
	Santa Maria do Pará	5
	Santo Antônio do Tauá	3
	São Francisco do Pará	115
	São João da Ponta	1
	São Miguel do Guamá	6
Marajó	Bagre	1
	Gurupá	1
	Melgaço	2
	Portel	7
Tucuruí	Breu Branco	6
	Goianésia do Pará	19
	Itupiranga	1
	Nova Ipixuna	1
	Novo Repartimento	2
Caeté	Bonito	2
	Bragança	56
	Capanema	15
	Peixe boi	1
	Santa Luzia do Pará	1
	São João de Pirabas	2
	Tracuateua	10
	Viseu	3
Capim	Aurora do Pará	1
	Bujaru	6
	Dom Eliseu	10
	Ipixuna do Pará	12
	Paragominas	24
	Rondon do Pará	151
	Tomé Açu	42
	Ulianópolis	10
Tapajós	Itaituba	4
	Rurópolis	1

Tocantins	Abaetetuba	3
	Acará	114
	Baião	92
	Barcarena	88
	Cametá	2
	Igarapé Miri	6
	Moju	86
	Tailândia	32
Xingu	Altamira	7
TOTAL		2.430

TIPOS DE DOCUMENTOS: Títulos definitivos para regularização de lotes rurais individuais

Titulação de pequenos e médias propriedades rurais através da emissão de títulos individual, havendo duas modalidades de processo, não onerosos (até 100 ha para agricultura familiar) e onerosos (acima de 100 ha).

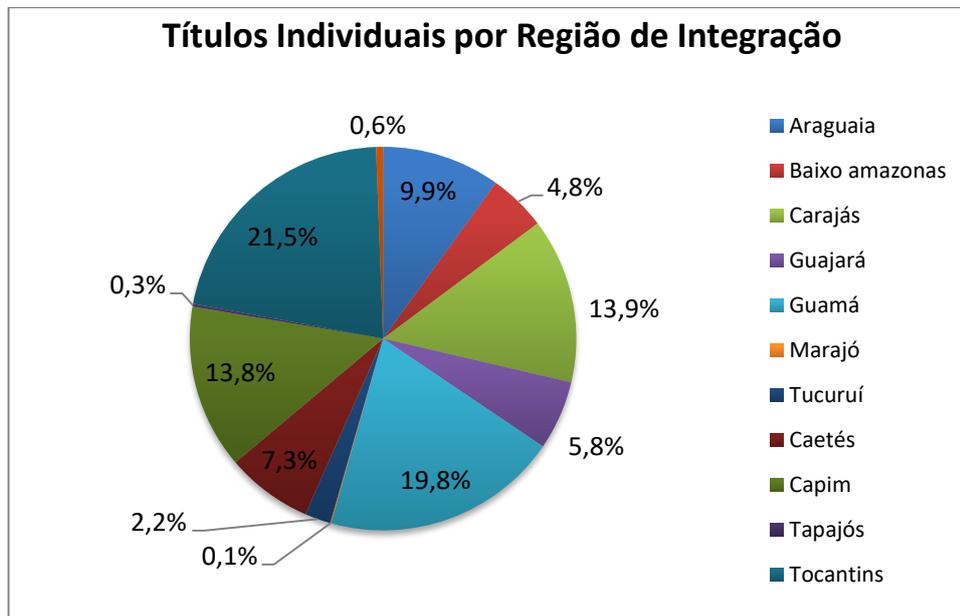
RESULTADO:

- Emissão de **1.200 Títulos Definitivos**, beneficiando agricultores de todas Regiões de Integração, conforme demonstrado no Quadro 03.

Quadro 2: Títulos individuais expedidos por Região de Integração

Região de Integração	Absoluto	%
Araguaia	119	9,9%
Baixo amazonas	58	4,8%
Carajás	167	13,9%
Guajará	70	5,8%
Guamá	238	19,8%
Marajó	1	0,1%
Tucuruí	26	2,2%
Caetés	87	7,3%
Capim	166	13,8%
Tapajós	3	0,3%
Tocantins	258	21,5%

Xingu	7	0,6%
Total	1.200	100,0%



Quadro 3: Títulos individuais expedidos por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Araguaia	Conceição do Araguaia	1
	Cumarú do Norte	1
	Santa Maria das Barreiras	5
	São Félix do Xingu	112
Baixo Amazonas	Almeirim	7
	Juruti	30
	Monte Alegre	4
	Prainha	17
Carajás	Eldorado dos Carajás	5
	Marabá	30
	Parauapebas	129
	São Geraldo do Araguaia	3
Guajará	Ananindeua	1
	Benevides	3
	Santa Bárbara do Pará	66
Guamá	Castanhal	6
	Igarapé Açu	100
	Maracanã	1
	Marapanim	4

Marajó	Santa Izabel do Pará	1
	Santa Maria do Pará	5
	Santo Antônio do Tauá	2
	São Francisco do Pará	114
	São Miguel do Guamá	5
	Portel	1
Tucuruí	Breu Branco	6
	Goianésia do Pará	19
	Nova Ipixuna	1
Caeté	Bonito	1
	Bragança	56
	Capanema	14
	Peixe Boi	1
	Santa Luzia do Pará	1
	São João de Pirabas	1
	Tracuateua	10
	Viseu	3
Capim	Aurora do Pará	1
	Bujaru	4
	Dom Eliseu	5
	Ipixuna do Pará	6
	Paragominas	18
	Rondon do Pará	119
	Ulianópolis	10
	Tomé Açú	3
Tapajós	Itaituba	3
Tocantins	Abaetetuba	2
	Acará	5
	Baião	91
	Barcarena	85
	Cametá	1
	Igarapé Miri	6
	Moju	50
	Tailândia	18
Xingu	Altamira	7
TOTAL		1.200

TIPOS DE DOCUMENTOS: Regularização Fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis.

Visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

RESULTADO:

- Foram emitidas 194 concessões de direito real de uso para 08 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis e 01 Projetos Estaduais Agroextrativistas, beneficiando 246 famílias, conforme Quadro 5:

Quadro 4: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e PEAEX

Região	Município	Denominação	Quantidade	Famílias
Carajás	Eldorado dos Carajás	PEAS Lourival Santana	7	7
	Rondon do Pará	PEAS Campo Dourado	29	29
	Tomé Açu	PEAS União	30	30
Tocantins	Abaetetuba	PEAEX Comunidade Cujari	1	53
	Acará	PEAS Comunidade Nova Jericó	1	1
		PEAS Urucuré	97	97
	Baião	PEAS Branquelândia	1	1
	Moju	PEAS Vila Elím I	10	10
		PEAS Elím II	18	18
TOTAL			194	246

Fonte: DEAF/GPA - Gerência de Projetos de Assentamentos

TIPOS DE DOCUMENTOS: Títulos coletivos para regularização de Comunidades Remanescentes de Quilombos

Visa promover a titulação de pequenas propriedades de comunidades tradicionais que se identificam como remanescentes de quilombo, através da emissão de títulos coletivos.

RESULTADO:

- Emissão de 03 Títulos Coletivos para Comunidades Remanescentes de Quilombo, sendo 01 para Associação de Remanescentes de Comunidade Quilombola Balieiro do município de Bagre, beneficiando 53 famílias; 01 para Associação da Comunidade de Cuxiú no município de Bonito, beneficiando 35

famílias; e 01 para Associação São Benedito no município de Cametá, beneficiando 133 famílias, conforme quadro a seguir:

Quadro 5: Número de Títulos Quilombolas por Região e Município

Região	Município	Denominação	Famílias
Marajó	<i>Bagre</i>	<i>Balieiro</i>	53
Caetés	<i>Bonito</i>	<i>Cuxiú</i>	35
Tocantins	<i>Cametá</i>	<i>São Benedito</i>	133
Total			221

TIPOS DE DOCUMENTOS: Regularização Fundiária Urbana - REURB

RESULTADO:

- Emissão de 868 documentos de terra de áreas urbanas, sendo 225 títulos definitivos individuais para Ananindeua, 385 para Marituba e com termo de cooperação técnica com a Prefeitura, 24 e 14 Concessões de Uso Especial para fins de moradia para moradores do Bairro Terra Firme em Belém

Quadro 6: Documentos de regularização urbana

Região de Integração	Município	Quantidade
Guajará	Ananindeua	225
	Belém	16
	Marituba	385
Carajás	Marabá	242
TOTAL		868

TIPOS DE DOCUMENTOS: Termo de Resgate de aforamento

Esta ação objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros, em cumprimento aos termos do Código Civil de 1916 em seu Título III, capítulo II, artigos 678 a 694, por determinação no disposto no art.2.038 do Livro Complementar das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, mediante o qual determina a proibição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior; no Decreto Estadual nº 73, de 06 de abril de 2011, que autoriza o dirigente desta Autarquia a promover e adotar todos os atos e providências à efetivação dos resgates administrativos; no Decreto Estadual nº 1.805, de 21 de julho de 2009, que define procedimentos para o resgate de enfiteuses, e, na Instrução Normativa nº 05, de 15 de setembro de 2010, que fixa o procedimento legal para o resgate administrativo dos Títulos de Aforamento.

Quadro 7: Número de Resgate de Aforamento por Região e Município

Região	Município	Quantidade	Área
Carajás	<i>Eldorado dos Carajás</i>	1	3.686,7531
Lago Tucuruí	<i>Itupiranga</i>	1	1.931,7738
	<i>Novo Repartimento</i>	2	2.774,3264
TOTAL		4	9.542,38

TIPOS DE DOCUMENTOS: Termos de Permuta

Como forma de proceder a regularização fundiária do Projeto Trairão, o ITERPA vem realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém (Gleba Nova Olinda e Mamuru), Prainha (Gleba Guajará e Gleba Maracu) e Aveiro (Gleba Mamuru) com a celebração de contratos de compensação financeira.

Quadro 8: Número de Termos de Permuta por Região e Município

Região	Município	Quantidade
Baixo Amazonas	<i>Juruti</i>	1

	<i>Prainha</i>	8
	<i>Santarém</i>	2
Capim	<i>Ipixuna do Pará</i>	2
	<i>Rondon do Pará</i>	2
	<i>Tailândia</i>	2
TOTAL		17

TIPOS DE DOCUMENTOS: Certidões de Autenticidade e Localização

Objetiva certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada.

RESULTADO:

- Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a **emissão de 147 certidões**, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.

Quadro 9: Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Baixo Amazonas	Alenquer	12
	Almeirim	
	Óbidos	
	Oriximiná	
	Prainha	
	Juruti	
Caeté	Bonito	5
	Capanema	
	Santa Luzia do Pará	
	São João de Pirabás	
	Viseu	
Capim	Bujaru	26
	Dom Eliseu	
	Ipixuna do Pará	

	Paragominas	
	Tomé Açu	
	Ulianópolis	
Carajás	Eldorado dos Carajás	6
	Curionópolis	
	Marabá	
	Parauapebas	
Guajará	Ananindeua	18
	Belém	
	Benevides	
	Santa Bárbara do Pará	
Guamá	Igarapé Açu	6
	São Francisco do Pará	
	São João da Ponta	
	Santo Antonio do Tauá	
	São Miguel do Guamá	
Marajó	Gurupá	9
	Melgaço	
	Portel	
Rio Araguaia	Conceição do Araguaia	29
	Cumaru do Norte	
	Redenção	
	São Félix do Xingu	
	Santana do Araguaia	
	Santa Maria das Barreiras	
	Xinguara	
Tapajós	Itaituba	2
	Rurópolis	
Tocantins	Acará	34
	Barcarena	
	Moju	
	Tailândia	
TOTAL		147

Fonte: DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

7.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO

No Programa Manutenção da Gestão, o Iterpa possui cinco ações estratégicas com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do Estado,

sendo estes: Abastecimento de unidades móveis do estado; Concessão de auxílio alimentação; Concessão de auxílio transporte; Operacionalização das ações administrativas; e Operacionalização das ações de recursos humanos.

AÇÃO 1: Abastecimento de Unidades Móveis

PRODUTO: *Unidade abastecida*

Na ação de Abastecimento de Unidades Móveis do Estado, em 2021, foram **abastecidas 28 unidades**, sendo aplicado o valor de **R\$ 275.510,40**.

AÇÃO 2: Operacionalização das Ações Administrativas

PRODUTO: *Contratos mantidos*

Constou de despesas com manutenção predial; vigilância; limpeza e conservação; utilidade pública; material de consumo; aluguel de veículos; serviços prestados por pessoa jurídica, dentre outros, sendo **43 contratos mantidos**. Foi aplicado o valor de **R\$ 3.775.960,82**.

AÇÃO 3: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

PRODUTO: *Servidor remunerado*

Na ação Operacionalização das Ações de Recursos Humanos foram **378 servidores remunerados** em dezembro/2021, com valor anual aplicado de **R\$ 16.874.874,47**.

Quadro 10: Servidores do Iterpa no mês de dezembro/2021:

Tipo de Servidor	Quantidade	%
Temporários	145	38,36
Amparados pela Constituição	92	24,34
Concursados	55	14,44
Comissionados	44	11,64
Estagiários	42	11,12
Total	378	100,00

AÇÃO 4: Concessão de Auxílio Alimentação

PRODUTO: *Servidor beneficiado*

Na ação Concessão de Auxílio Alimentação foram beneficiados **263 servidores**, reflexo do aumento do quantitativo de servidores temporários. O valor aplicado foi **R\$ 1.858.929,54**

AÇÃO 5: Concessão de Auxílio Transporte

PRODUTO: *Servidor beneficiado*

Na ação Concessão de Auxílio Transporte foram **240 servidores beneficiados** com auxílio transporte no período, reflexo do aumento do quantitativo de servidores temporários. O valor aplicado foi de **R\$ 356.127,32**.

7.3. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA

No Programa Governança Pública, o Iterpa participa com cinco ações estratégicas com o objetivo de prover a governabilidade do poder executivo e aprimorar o desenvolvimento de pessoas, sendo estes: Capacitação de agentes públicos; Construção e conservação de imóveis públicos estaduais; Edição e publicação de atos da administração pública; e Gestão de tecnologia da informação e comunicação.

AÇÃO 1: Capacitação de Agentes Públicos

PRODUTO: *Agente público capacitado*

Na ação de Capacitação de Agentes Públicos, em 2021, foram capacitados **2 agentes públicos**, além disso, ocorreu o treinamento interno de 77 novos servidores temporários para utilização dos sistemas SICARF, PAE e sistemas específicos de georreferenciamento. A despesa realizada foi de **R\$ 4.400,00**.

AÇÃO 2: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

PRODUTO: *Obra realizada*

Na ação Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais, foi **realizado 1 serviço** em execução de instalação do sistema de rede estruturada de dados e voz e sistemas elétrico da sala do georreferenciamento do Iterpa, com execução financeira de **R\$ 37.949,52**. Também está em andamento a Obra de Construção de Sala dos Nobreaks e Passarelas (Processo 2021/361640), incluindo drenagem lateral no prédio do ITERPA, no município de Belém – PA, cujo recurso orçamentário provém do ITERPA através de contrato no valor global de **R\$ 1.769.530,20**, para repasse do Iterpa para SEDOP responsável pela execução da obra.

AÇÃO 3: Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

PRODUTO: *Serviços realizados*

Na ação Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação constou de pagamento de **11 contratos** de serviços de gestão da tecnologia da informação e comunicação. Os serviços vão desde a contratação de serviço de tecnologia da informação e comunicação (PRODEPA) à aquisição de software de aplicação. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de **R\$ 3.064.058,26**.

Ação 4: Edição e Publicação de Atos da Administração Pública – ITERPA

PRODUTO: Ato publicado

Na ação Edição e Publicação de Atos da Administração Pública foram publicados **1.098 atos da Administração Pública**. Os principais atos publicados foram: portarias, atos administrativos de regularização fundiária, edital de compra de terras, distrato de contrato, apostilamentos, termos de retificação, extrato de contrato, inexigibilidade de licitação, edital de notificação, dispensa de licitação, termo aditivo, termo de homologação, editais de permuta. No que diz respeito ao financeiro foi executado **R\$ 231.308,75**.

8. ATIVIDADES INTERMEDIÁRIAS

8.1. Arrecadação e Matrícula de Terras Devolutas sob Jurisdição Estadual

Esta ação tem como objetivo extremar as áreas devolutas das particulares, incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado, facilitando, desse modo, as ações destinadas à titulação individual e coletiva de pequenos, médios e grandes produtores rurais, novos projetos de assentamentos e comunidades quilombolas existentes nos diversos municípios paraenses.

RESULTADO:

- Total de terras arrecadadas e matriculadas foi de **751.052,1036 hectares** ao patrimônio do Estado.

Quadro 11: Arrecadação e matrícula de terras devolutas 2021

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA (Ha)
Araguaia	Conceição do Araguaia	Gleba Sete Lagos	292,2004
	Santa Maria das Barreiras	Gleba Nova Esperança (Retificação)	58.370,4672
Baixo Amazonas	Almeirim	Gleba Pará do Uruará	3.374,6873
		Gleba Rio Mulata	20.939,3876
	Monte Alegre	Gleba Sua Sua	796,4509
		Gleba Mutturituba	3.498,3626
		Gleba Inglês de Souza	17.550,9000
	Prainha	Gleba Furo do Outeiro (Retificação)	103.258,2564
		Gleba Paru Jauari	14.122,1184
	Grupo Monte Santo	20.636,6523	

Caetés	Bonito	Gleba Rio Caeté - Parte I	57.611,2692
	Bragança	Gleba Bacuri	5.540,0391
		Gleba Cearazinho	1.195,1120
		Gleba Piquiauíra	17621,4319
		Gleba Andiroba	53.792,4707
		Gleba Caratateua	9.906,7716
		Gleba Urumajó	25.193,2181
	Viseu	Gleba Rio Piriá - Parte I	38.595,2366
		Gleba Rio Piriá - Parte II	46.090,3502
		Gleba Terras de Maria II	979,3660
		Gleba Peritoró I	4.904,6063
		Gleba Curupati	18.624,9759
		Gleba Peritoró II	14.764,0948
		Gleba Limondeua	22.131,7404
Capim		Aurora do Pará	Gleba Sítio Maracanã
	Gleba Surubiju II		921,5730
	Gleba imperaçu		2.434,32
	Dom Eliseu	Gleba Água da Luz- Parte F	2.484,3446
	Ipixuna do Pará	Gleba Pitangueira	13.718,4756
		Gleba Bahia II	964,5231
		Gleba Igarapé Surubiju I	1.005,2677
		Gleba Vale das Palmeiras	1.060,0804
		Gleba Igarapé dos Campos	4.001,7627
	Ourém	Gleba Arraial do Caeté	6.925,8962
	Paragominas	Gleba Fazenda Flor da Mata	618,1298
		Gleba Refflora	973,2255

		Gleba Havai – Parte I	1.739,0092
		Gleba Havai – Parte II	3.301,1752
		Gleba Tijuca	2.948,6860
	Rondon do Pará	Gleba Córrego do Limão	8.555,1511
		Gleba Vale do Sol	1.173,6028
	Tomé Açu	Gleba Sítio Saracura	23,3814
	Ulianópolis	Gleba Campo Verde	2.213,4161
		Gleba Bacuri	5.540,0391
		Gleba Serra Dourada	2.213,1479
Guamá	Colares	Gleba Furo da Laura	6.003,5556
	Maracanã	Gleba Maracanã	2.078,8159
	Marapanin	Gleba Mestre Lucindo	9.182,4265
		Gleba Araticum Mirim	1.604,7404
	Santo Antonio do Tauá	Gleba Sítio Nazaré	50,9890
	São Miguel do Guamá	Gleba Crauateua	20.625,0558
	São Domingos do Capim	Gleba Coité	21,9481
	Vigia	Gleba Penha Longa	6.289,9628
Guajará	Santa Bárbara do Pará	Gleba Sítio da Prata	12,6325
		Gleba Nazareno	176,0890
		Gleba livramento	3.024,5004
Lago de Tucuruí	Goianésia do Pará	Gleba Casa Branca	11.747,1259
	Itupiranga	Gleba Água Boa - Parte 3	12,3942
Tocantins	Acará	Gleba Guarumã	4.158,1216
		Gleba Vila do Cravo	5.537,2618

		Gleba Turi Miri	4.081,5337
	Baião	Gleba Itapavari	268,1098
	Barcarena	Gleba Rio Arienga	1.186,3674
	Breu Branco	Gleba Santo André	3,8554
	Cametá	Gleba Moiraba	2.645,2714
	Moju	Gleba Rio Ubá	4.328,5906
	Tailândia	Gleba Tailândia V	4.766,6162
		Gleba Modelo	230,3209
		Gleba Murici	3.952,7905
		Gleba Rosa	431,1891
TOTAL			715.052,1036

Fonte: DEAF/CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

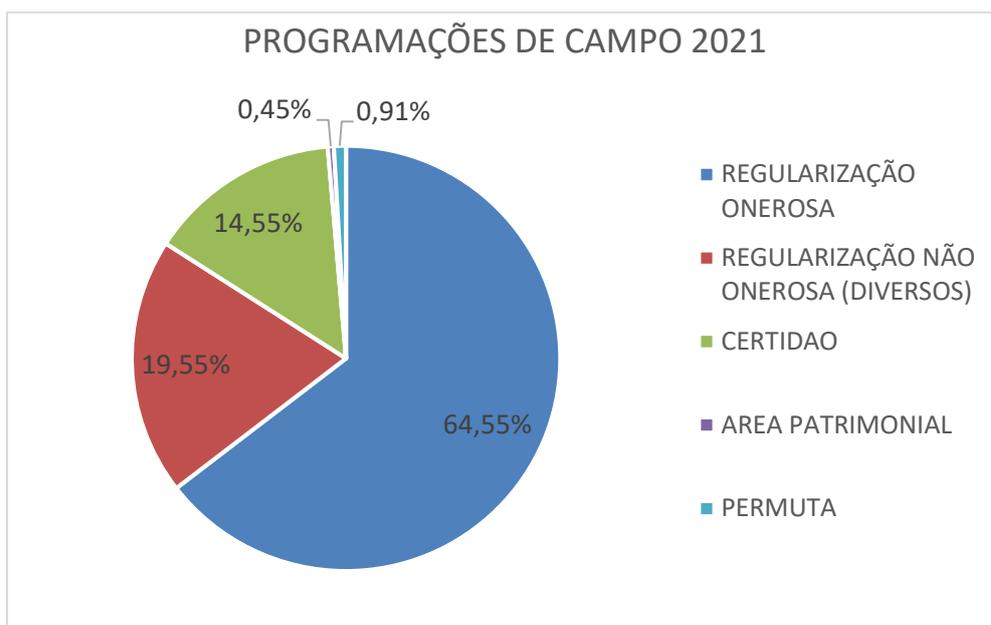
8.2. Ações de Campo

A Coordenadoria de Ação Fundiária – CAF é o setor da DEAF responsável por planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das ações de campo para regularização fundiária na modalidade onerosa e não onerosa, bem como demandas judiciais.

Durante o ano de 2021, foram feitas as seguintes ações de campo:

Quadro 12: Ações de Campo 2021

Ação	Quantidade	%
Regularização Onerosa	142	65
Regularização Não Onerosa	43	20
Certidão	32	15
Área Patrimonial	1	0,4
Permuta	2	0,9
TOTAL	220	100



Quadro 13: Ações de campo realizadas em 2021

MUNICIPIOS - AÇÕES DE CAMPO	Nº
Parauapebas / marabá	119
Santa barbara	75
Juruti	20
São Francisco	124
Capanema	70
São Miguel	195
Igarapé Miri	68
Ourém	75
Santa Maria do Pará	262
Barcarena	91
São Félix do Xingu	215
TOTAL	1.314

Fonte: DEAF/CAF-Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

8.3. Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará – SICARF

O SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, tem o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária no Estado. O novo sistema substituirá a atual metodologia utilizada pelo ITERPA, sobretudo no que se refere ao cadastramento de dados dos ocupantes de terras públicas estaduais para agilizar o processo de regularização fundiária.

A versão final do módulo de Banco de Dados do Sistema foi implantado nos equipamentos/servidores do ITERPA e realizada a apresentação e treinamentos dos técnicos do órgão visando a operacionalização e utilização pelos usuários em geral. A próxima fase em implantação consta da elaboração dos módulos análise, monitoramento e transparência.

Quadro 14: Processos Cadastros no Sicarf (dados de 03/01/2022)

Situação dos processos	Absoluto	Percentual
Processos em análise	10.926	95,21
Processos arquivados	444	3,89
Projetos finalizados	103	0,9
Total	11.473	100,00%

Quadro 15: Tipos de processo no Sicarf

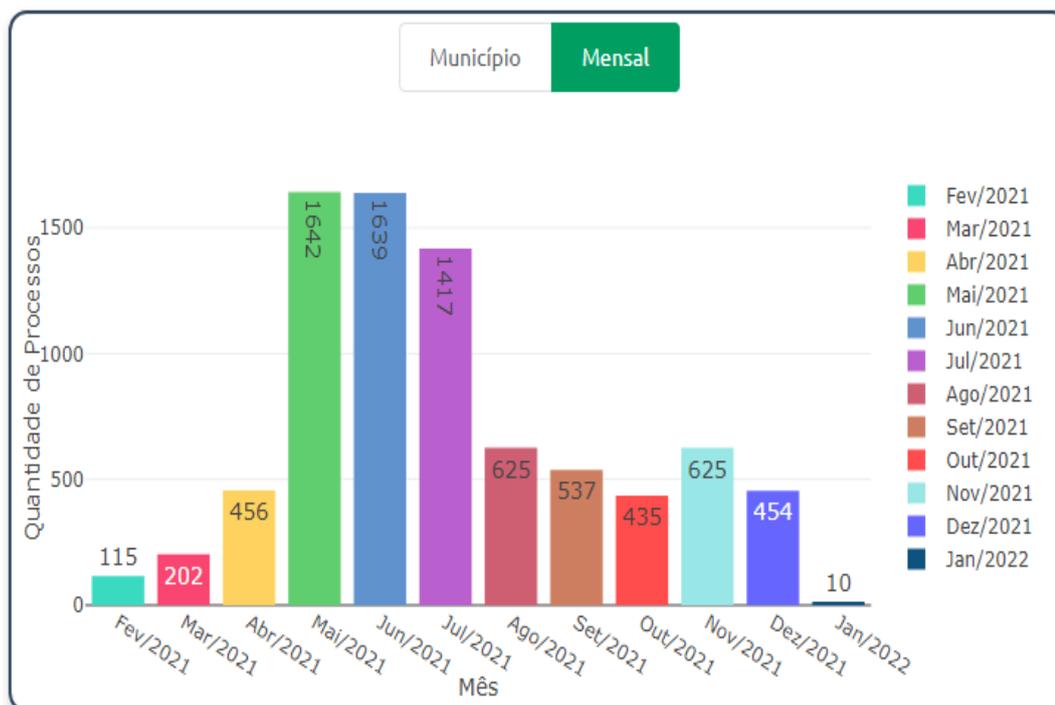
Tipo de processo	Nº Absoluto	%
Certidão de Título	328	
Informação	533	
Não Oneroso	3455	
Oneroso	1657	
PEAEX	3	
PEAS	4	
Permuta	7	
Resgate de Aforamento	6	
REURB	5477	
TEQ	1	
Transferência de direitos	2	
Total Geral	11.473	100

Quadro 16: Cadastros anuais no Sicarf

Cadastros anuais	Absoluto	%
Até 2019	1.451	12,65

2020	1.633	14,23
2021	8389	73,12
Total	11.473	100

Evolução mensal dos cadastros do Sicarf em 2021



8.4. Núcleo de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI constitui um setor de serviços auxiliares de apoio administrativo, formado por profissionais ligados à área de tecnologia, desenvolvimento de software e suporte ao usuário. O foco principal do NTI é:

- A efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais, apoiando o Instituto a atender as exigências por agilidade, efetividade e inovação;

- Disponibilizar o ambiente tecnológico adequado para auxiliar os serviços prestados pelo ITERPA por meio de:
 - Serviços de manutenção de sistemas;
 - Gestão de Sistema de Ambiente Cooperativo;
 - Gestão de Bancos de Dados;
 - Serviço de Suporte e Atendimento ao Usuário;
 - Serviço de Segurança da Informação e Serviço de Rede de Comunicação e demais serviços afins.

8.4.1. Tecnologia, Infraestrutura e Recursos Humanos

A equipe de TI conta com um total de 03 (quatro) funcionários temporários, 01 (um) assessor, 02 (dois) estagiários e 01 (coordenador), assim ocupados:

Quadro 17: Quadro de pessoal do NTI

Qtd	Função	Atividade Principal
0	Analista de Redes	Manter a rede de computadores em funcionamento, gerenciar servidores, serviços de redes e segurança da informação. Prestar Suporte aos Usuários, administrar contas de e-mails.
1	Analista de Sistemas (Assessor)	Realização de avaliação dos mecanismos de controle implantados no órgão, determinando se os mesmos são adequados e cumprem com seus determinados objetivos ou estratégias, estabelecendo as mudanças necessárias para a obtenção dos mesmos. Realizar manutenção de sistemas de informação e elaborar consultas sql. - Realizar testes de software - Elaborar relatórios técnicos - Atendimento em central de serviços - Help desk.

3	Técnicos de Helpdek	Suporte e atendimento técnico aos usuários e equipamentos do instituto, conectividade de rede e telefonia.
2	Estagiário em Informática	Apoio as atividades do HELPDESK, pronto atendimento aos usuários.
1	Coordenador	Gestão e coordenação do Núcleo.

Obs.: Há necessidade de um profissional de análise de redes devido à necessidade do órgão com compartilhamento de pastas, bem como acesso à serviços de internet imprescindível para a produção dos funcionários. Além de auxiliar no suporte aos usuários.

8.4.2. Implementação de Infraestrutura de Redes

O NTI assumiu um papel imprescindível no serviço de segurança de rede, como a aquisição da solução de tecnologia *CyberArk*, um sistema de criptografia de cofre de segurança para transações de autenticações na rede, e compras de mais computadores para os novos colaboradores.

Visando melhor atender as demandas de serviços existentes e possibilitar a disponibilização de novos serviços, ainda foram mantidos os investimentos de infraestrutura física com a Locação mensal de 02 (dois) servidores de processamento, 01 (um) Storage 60 TB e 02 (dois) nobreaks, incluindo serviços de monitoração. Para tanto, a locação da infraestrutura teve como base na necessidade da continuidade de serviços de substituição dos equipamentos atuais de processamento e armazenamento de dados, visando a segurança dos dados e proporcionar agilidade as consultas internas e externas de localização física, o controle de movimentação, acompanhamento dos dados do processo e consequentemente viabilizar a auditorias no sistema e na impressão de documentos relativos à regularização de terras.

Com vistas à segurança e preservação dos ativos de TI de sistemas, o NTI manteve a parceria com a Empresa de Processamento de dados do Pará – PRODEPA, um espaço em ambiente seguro e com infraestrutura adequada, objetivando a realização de backup de segurança das informações e sistemas em uso nessa instituição.

8.4.3. Implementação de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital

Foram adicionados novos pontos de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital, com o objetivo sanar as necessidades da Administração de manter a integridade física dos servidores e usuários do ITERPA, bem como a guarda das instalações e dos bens patrimoniais da instituição. Foram adquiridos novos equipamentos de serviços de segurança e vigilância eletrônica com sistema de circuito fechado de TV digital (NVR e câmeras).

8.4.4. Implementação de Infraestrutura de Comunicação

Buscando a melhoria da infraestrutura desse Instituto, algumas ações foram realizadas no sentido de viabilizar a comunicação de acesso à internet de alta velocidade pelos usuários internos e externo, com distribuição e melhor configuração dos switches, em paralelo, mantendo o contrato com o fornecedor de link de internet do Estado (PRODEPA) a velocidade do link de acesso para 90 Mbps, sem redundância, que atendem aos serviços atuais.

8.4.5. Incentivo e Participação no Processo de Desenvolvimento Evolutivo no Sistema SICARF

Objetivando a adequação e atualizações do sistema SICARF, o NTI participou do processo de contratação de manutenção evolutiva de do sistema SICARF, cujo objetivo primordial é a melhoria do processo de cadastramento de dados, viabilizando assim, o processo de regularização fundiária.

8.4.6. Suporte ao Usuário

Devido aos investimentos em infraestrutura mencionados, necessários para a ampliação dos serviços prestados e para permitir a implantação de novos sistemas e recursos, que contribuirão para o crescimento e fortalecimento das atividades de regularização fundiária.

Foram atendidos cerca de 6.120 chamados, com uma média de 510 chamados por mês. Os chamados foram recebidos via telefone e E-mail.

8.4.7. Planejamento e Melhorias da Infraestrutura

Para atender às necessidades do Data Center do ITERPA, recomendamos:

- Garantia da manutenção de sistemas com evolução funcional e adequação à legislação;
- Rápida detecção e correção de erros de software;
- Identificação e aquisição de soluções de mercado;
- Aquisição de servidores de alta performance para prover a demanda atual e as futuras, em especial, o novo sistema de SICARF, em desenvolvimento;
- Aquisição de 10 switch gerenciáveis de nível 3, 2 switch Fiberchannel para suporte de Data Center e Hacks de 48us, no intuito de melhorar as conexões externas e internas do Instituto (já foi realizado o Termo de Referência e o processo de aquisição do material encontra-se em trâmite);
- Aquisição de 110 (cento e dez) estações de trabalho para substituir as que estão obsoletas (Já foi realizado o Termo de Referência e está em processo de cotação para recebimento do material);
- Aquisições de Licenças do Pacote Office;
- Aquisições de Licenças de Softwares para os Servidores do Datacenter;
- Ampliação e melhoria da infraestrutura de redes sem fio;
- Ampliação, melhoria e manutenção da infraestrutura da rede cabeada;
- Instalação do Monitoramento de todos os equipamentos que acessam a internet do ITERPA, desta forma trabalhamos de forma proativa realizando atividades de manutenção planejada.
- Aquisição de link redundante de acesso à Internet por fibra óptica e de alto desempenho (preferencialmente link dedicado). Assim, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados por este Instituto.

8.5. Ouvidoria Agrária

Segundo o Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, no seu Art. 25, imbuí-se ao Ouvidor a função de representante dos cidadãos junto ao ITERPA, uma vez que busca assegurar seus direitos e propor soluções para melhorar os serviços do órgão. Desse modo, a Ouvidoria Agrária, em sua atual gestão, busca cumprir de forma satisfatória esse princípio ao determinar respostas para as demandas e sanar os impasses desses usuários.

8.5.1. Materiais e Métodos:

Os principais problemas enfrentados pelo ITERPA, ao longo dos anos, dizem respeito aos seguintes pontos:

- Grilagem de terra/falsificação de documentos;
- Inexistência de um banco de dados adequadamente/totalmente digitalizado;
- Falta de espaço físico adequado para a operacionalização das atividades de escritório;
- Quadro técnico reduzido, o que dificulta bastante o atendimento da demanda requerida tanto pelas atividades de campo como de escritório;
- Necessidade de mais equipamentos (computadores, aparelhos de GPS de precisão e veículos (aumento da frota existente) para o trabalho de campo.
- Interligação entre informações dos setores de forma compartilhada, o que geraria um cadastro mais confiável.
- Mapa que especialize os conflitos atuais e ainda pendentes de solução, bem como legenda para aqueles já resolvidos, sendo, passível de referencial a lista da Ouvidoria, abaixo discriminada.

As principais reclamações de usuários:

- Conflitos, em consequência de ocupações;

- Demora na tramitação dos processos, bem como os que se encontram muito tempo paralisados;
- Dificuldade de acesso a cópias de documentos e/ou processos;
- Falta de divulgação de informações básicas sobre produtos e serviços (procedimentos) do Órgão;
- Dificuldade dos usuários na utilização do SICARF, que relatam muitas falhas apresentadas pelo referido sistema;

8.5.2. Catalogação de Conflitos Fundiários

8.5.2.1. Área Privada (sem possibilidade de acordo)

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMILIAS
Fazenda Bom Sucesso/ Comunidade Chico Mendes	2008/241303	Benevides	Estado/ Particular	50
Fazenda Sopalm/ Acampamento Terra Cabana	2008/41831	Benevides	Estado/ Particular	220
Fazenda Sol de Maio	2007/219106	Capitão Poço	Particular	16
Comunidade 1º de Janeiro (Ex-Acampamento Estefânia Rubi)	2013/194366	Castanhal	Estado/ Particular	120
Fazenda Santa Maria/ Associação Nova Geração/ STTR	2012/614273	Eldorado dos Carajás	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento)	310

Acampamento 13 de Agosto	2015/11456	Santa Isabel do Pará /Benevides	Particular	70
Comunidade Vitória do Livramento	2013/512418	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	25
Fazenda Faiscão	2015/133867	Ulianópolis	Estado/ Particular	96
Associação dos agricultores e moradores do jardim Filadélfia	2013/122883	Marabá	Particular	175
Fazenda Campo de Boi II	2015/442440	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	250
Fazenda Canaã/ Associação Renascer	2014/54099	Moju	Estado/ Particular	60

8.5.2.2. Processo que Demanda Ação Judicial/Pedido Administrativo de Cancelamento para Destinação

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/ DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Santo Antonio e São Francisco/ Acmpamento Olga Benário	2013/238988	Acará	Estado	49
Fazenda São Judas Tadeu /Acampamento Carlos Marighela	2009/199678	Irituia	União/ Estado	78
Fazenda Pioneira/ Cosipar	2014/441853	Marabá	Estado/ Particular (T.	171

			Aforamento)	
Fazenda Landi	2009/328980	São João do Araguaia	Estado/ Particular	100
Fazenda Baronesa/ Acampamento São Sebastião	2009/59666	Goianésia do Pará	União/ Estado	63

8.5.2.3. Em Processo de Conciliação

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/ DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Acampamento Margarida Alves	2016/457021	Acará	Estado	65
Comunidade Força de Fé (ex-Tauary)	2015/324946	Castanhal	Estado/ Particular	49
Comunidade Nossa União/ Bairro Beata	2017/279410	Porto de Moz	Estado	168
PEAEX Majari	2007/301418 2007/238908	Porto de Moz	Estado	120
Fazenda Maguari/ ASTRAM	2007/378504	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
Fazendas Boa Esperança I, II e III	2012/249421	Tomé-Açu	Estado/ Particular	90

8.5.2.4. Diligências Técnicas de Viabilidade

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Comunidade Guarumã	2018/205039 2018/205072	Acará	Particular	50
Comunidade Matinha/Esperança Viva	2014/42789	Ipixuna do Pará	Estado	79
Fazenda Campo Boi I	2016/166489	Ipixuna do Pará	Particular	180
Comunidade Quilombola Quiandeua	2013/15342	Ipixuana do Pará	Estado/ Particular	46
Fazenda Real Castelo/ Acampamento Deus Proverá	2009/459155	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
Com. Maru- Veríssimo	2007/446931 2009/24898 2009/291705	Igarapé- Mirim	Estado	116
Fazenda João Lobo/ Complexo Terra Prometida (Áreas Adjacentes á fazenda Mutamba)	2018/20429	Marabá	União/Estado Particular (T. afrontamento ;TDS; Terras devolutas	86
Bom Jardim do mau	2008/62018	Marapanim	Estado/ Particular	45
Comunidade Bom Jesus- Amafrutas	2014/308082	Marituba	Estado/ Particular	657

Fazenda Paricá	2008/39924 3	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular (TDs)	90
Fazenda Bela Vista/ Acamapento Nova Esperança	2016/36547 2	Ulianópolis	Estado/ Particular	300

8.5.2.5. Análise Jurídica/Parecer Normativo

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Borracheira II	2014/295235	Eldorado dos Carajás	Estado/ Particular (T. Aforamento)	64

8.5.2.6. Em Fase Final de Destinação ou Indenização

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Comunidade Ramal do Bacuri	2010/165289	Abaetetuba	Estado	36
Fazenda Barajuba/ ASPACOBIDOS	2008/193654	Acará	Estado	
Comunidade Quilombola Paraíso	2006/31389	Acará	Estado/ Particular	29
TEQ – Alto Acará/ Amarqualta	2011/200807 2011/200797 2015/134212 2010/40428	Acará	Estado	45
PROA Branquelândia	2006/139263	Baião	Estado	116

TEQ – Com. Umarizal	2000/43824	Baião	Estado/ Particular	800
TEQ – Menino Jesus	2004/208421	Acará	Estado/Particular	12
Comunidade Quilombola União São João	2010/191581	Prainha	Estado/ Particular	19
Fazenda São Tomás/ Com. Brava Gente	2015/423368	Tailândia	Estado/ Particular	111

8.5.2.7. Aguardando Transito em Julgado

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazendas Santa Clara I, II e III /Guerreiros do Campo ¹	2018/171707 e 2018/232610	Marabá	Estado	95
Fazenda Mancha Negra	2009/404766	Tomé-Açu	Estado/ Particular (TD falso)	55
Complexo de Fazendas Nova Vida	2015/227647	Ulianópolis	União/ Estado/ Particular	600
Fazenda JK/ Comunidade Nova Aliança	2013/494364	Ulianópolis	Estado/ Particular (TD)	120

¹ A Fazenda Santa Clara, com mediação da Ouvidoria do Iterpa, conciliou na possessória, o que possibilitará a análise da destinação das terras aos agricultores familiares.

8.5.2.8. Sem Processo em Tramitação

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Nossa Senhora Aparecida	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	81
Fazenda Realeza	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	115
Comunidade Acuti-Pereira		Portel	Estado	350
Fazenda São Luiz/ Acampamento Newton Miranda	S/Proc.	Ulianópolis	Estado/ Particular	150

TABELA I
CONFLITOS FUNDIÁRIOS
CONFIGURADOS NO ESTADO COM REINVIDICAÇÕES JUNTO AO
ITERPA,
SEGUNDO O Nº DE PROCESSO, MUNICÍPIO E
JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE DA ÁREA

EM VERMELHO – ÁREA PRIVADA, SEM POSSIBILIDADE DE ACORDO
EM ROSA – PROCESSO QUE DEMANDA AÇÃO JUDICIAL/PEDIDO
ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO PARA DESTINAÇÃO
EM AMARELO – EM FASE FINAL DE DESTINAÇÃO OU INDENIZAÇÃO
EM AZUL PISCINA – EM PROCESSO DE CONCILIAÇÃO
EM VERDE – DILIGÊNCIAS TÉCNICAS DE VIABILIDADE
EM VERDE MUSGO – AGUARDANDO TRANSITO EM JULGADO
EM ROXO – ANÁLISE JURÍDICA- PARECER/NORMATIVO
EM AZUL PETRÓLEO – SEM PROCESSO EM TRAMITAÇÃO
EM NEGRITO ESTÃO APENSOS

N	ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
1	Comunidade Ramal do Bacuri	2010/165289	Abaetetuba	Estado	36
2	Fazenda Barajuba/ASPACOBIDOS	2008/193654	Acará	Estado	
3	Comunidade Quilombola Paraízo	2006/31389	Acará	Estado/Particular	29
4	Comunidade Guarumã	2018/205039 2018/205072	Acará	Particular	50
5	Acampamento Margarida Alves	2016/457021	Acará	Estado	65
6	Fazenda Santo Antonio e São Francisco/ Acmpamento Olga Benário	2013/238988	Acará	Estado	49
7	TEQ – Alto Acará/ Amarqualta	2011/200807 2011/200797 2015/134212 2010/40428	Acará	Estado	45
8	TEQ – Menino Jesus	2004/208421	Acará	Estado/Particular	12
9	PROA Branquelândia	2006/139263	Baião	Estado	116
10	TEQ – Com. Umarizal	2000/43824	Baião	Estado/ Particular	800
11	Fazenda Bom Sucesso/ Comunidade Chico Mendes	2008/241303	Benevides	Estado/ Particular	50
12	Fazenda Sopalm/ Acampamento Terra Cabana	2008/41831	Benevides	Estado/ Particular	220
13	Fazenda Sol de Maio	2007/219106	Capitão Poço	Particular	16
14	Comunidade 1º de Janeiro (Ex-Acampamento Estefânia Rubi)	2013/194366	Castanhal	Estado/ Particular	120
15	Comunidade Força de Fé (ex-Tauary)	2015/324946	Castanhal	Estado/ Particular	49

16	Fazenda Borracheira II	2014/295235	Eldorado dos Carajás	Estado/ Particular (T. Aforamento)	64
17	Fazenda Santa Maria/ Associação Nova Geração/ STTR	2012/614273	Eldorado dos Carajás	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento)	310
18	Fazenda Baronesa/ Acampamento São Sebastião	2009/59666	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
19	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	81
20	Fazenda Real Castelo/ Acampamento Deus Proverá	2009/459155	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
21	Fazenda Realeza	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	115
22	Com. Maru-Veríssimo	2007/446931 2009/24898 2009/291705	Igarapé-Miri	Estado	116
23	Comunidade Matinha/ Esperança Viva	2014/42789	Ipixuna do Pará	Estado	79
24	Fazenda Campo de Boi I	2016/166489	Ipixuna do Pará	Particular	180
25	Fazenda Campo de Boi II	2015/442440	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	250
26	Comunidade Quilombola Quiandeua	2013/15342	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	46
27	Fazenda São Judas Tadeu /Acampamento Carlos Marighela	2009/199678	Irituia	União/ Estado	78
28	Fazenda Astúrias/ Comunidade Paixão de Cristo	2005/121921 e outros	Marabá	Estado/ Particular	86
29	Fazenda João Lobo/ Complexo Terra Prometida (Áreas Adjacentes à fazenda Mutamba)	2018/20429	Marabá	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento; TDs; Terras devolutas)	86

30	Fazenda Pioneira/ Cosipar	2014/441853	Marabá	Estado/ Particular (T. Aforamento)	171
31	Fazendas Santa Clara I, II e III /Guerreiros do Campo	2018/171707 e 2018/232610	Marabá	Estado	95
32	Bom Jardim do Maú	2008/62018	Marapanim	Estado/ Particular	45
33	Comunidade Bom Jesus - Amafrutas	2014/308082	Marituba	Estado/ Particular	657
34	Fazenda Canaã/ Associação Renascer	2014/54099	Moju	Estado/ Particular	60
35	TEQ – Comunidade Poacê/ Bom Prazer	2009/334519	Moju	Estado/ Particular	67
36	Comunidade Quilombola Passagem	2013/122872	Monte Alegre	Estado/ Particular	124
37	Comunidade Acuti-Pereira		Portel	Estado	350
38	Comunidade Nossa União/ Bairro Beata	2017/279410	Porto de Moz	Estado	168
39	PEAEX Majari	2007/301418 2007/238908 2007/338981	Porto de Moz	Estado	120
40	TEQ – Com. Quilombolas (Maripi, Tauerá, Buiçu, Taperu, e Turu)	2007/303143	Porto de Moz	Estado	45
41	Comunidade Quilombola União São João	2010/191581	Prainha	Estado/ Particular	19
42	Fazenda Maguari/ ASTRAM	2007/378504	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
	Acampamento 13 de Agosto	2015/11456	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
43	Fazenda Cambará II	2002/58982	Santa Luzia do Pará	União	91

44	Fazenda Cipó-Mato Verde	2016/169386	Santa Maria das Barreiras	União/ Estado	65
45	Acampamento Monte Sião/ Granja América	2013/5095	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	15
46	Comunidade Vitória do Livramento	2013/512418	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	25
47	Complexo Santa Terezinha	2014/90109	São Felix do Xingu	Estado	360
48	Nova Aliança-Catanheira	2007/412073	São Francisco do Pará	Estado	49
49	Fazenda Landi	2009/328980	São João do Araguaia	Estado/ Particular	100
50	Fazenda Paricá	2008/399243	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular (TDs)	90
51	Comunidade Quilombola Canta Galo	2010/110116	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular	33
52	PROA Napoleão Santos (ex-Bacajá)	2005/161352	Senador José Porfírio	Estado	150/200
53	Fazenda São Tomás/ Com. Brava Gente	2015/423368	Tailândia	Estado/ Particular	111
54	Fazenda Mancha Negra	2009/404766	Tomé-Açu	Estado/ Particular (TD falso)	55
55	Fazenda São José /Comunidade Bom Sossego	2007/290854	Tomé-Açu	Estado/ Particular	47
56	Fazendas Boa Esperança I, II e III	2012/249421	Tomé-Açu	Estado/ Particular	90
57	Complexo de Fazendas Nova Vida	2015/227647	Ulianópolis	União/ Estado/ Particular	600
58			Ulianópolis	Estado/ Particular	300

	Fazenda Bela Vista /Acampamento Nova Esperança				
59	Fazenda Faiscã	2015/133867	Ulianópolis	Estado/ Particular	96
60	Fazenda JK/ Comunidade Nova Aliança	2013/494364	Ulianópolis	Estado/ Particular (TD)	120
61	Fazenda São Luiz/ Acampamento Newton Miranda	S/Proc.	Ulianópolis	Estado/ Particular	150
62	Associação dos agricultores e moradores do jardim Filadélfia	2013/122883	Marabá/Pa	Particular	175

8.5.2.9. Resultados Alcançados

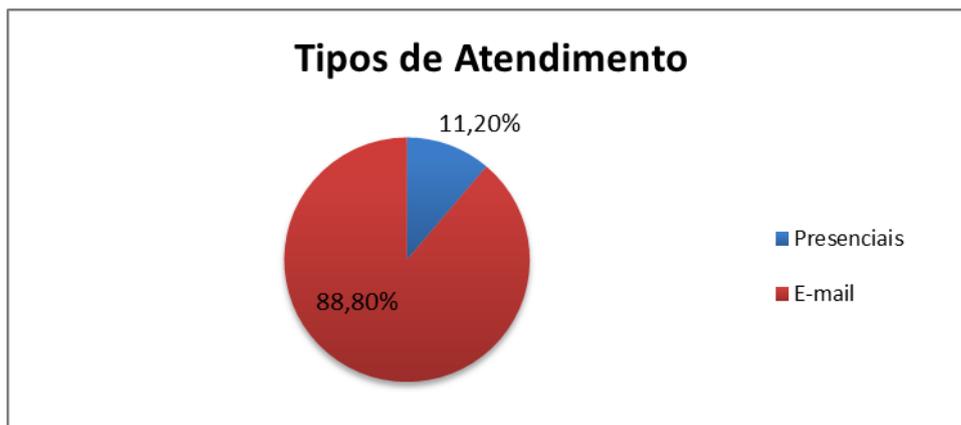
- Atendimentos

A Ouvidoria Agrária do ITERPA em 2021 prestou um total de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) atendimentos pessoais/individualizados, e coletivos, sendo 54 (cinquenta e quatro) presenciais e 428 (quatrocentos e vinte e oito) por e-mails.

Quadro 18: Número de Atendimentos

ATENDIMENTOS	QUANTIDADE	%
Presenciais	54	11,20
E-mail	428	88,80
TOTAL	482	100

Fonte: Ouvidoria Agrária.



Esses atendimentos, que excluem aqueles em que os usuários são atendidos na Ouvidoria apenas para o recebimento de declarações solicitadas anteriormente, envolveram um total 28 municípios, que foram os seguintes:

Acará, Altamira, Belém, Barcarena, Benevides, Breves, Juruti, Santa Bárbara do Pará, Abaetetuba, Marapanim, Santa Luzia do Pará, Dom Eliseu, Rurópolis, Santo Antonio do Pará, Igarapé-Mirim, Vigia, Igarapé- Mirim, Santa Maria do Pará, Maracanã, Moju, Oeiras do Pará, Paragominas, Portel, São Felix do Xingu, Curuçá, São Francisco do Pará , Tomé-Açu e Limoeiro do Ajuru .

- Expedição de Declarações sobre Tramitação de Processos

É competência exclusiva da Ouvidoria - em obediência a Portaria N° 0174, de 25 de Abril de 2015 – emitir DECLARAÇÃO referente à tramitação de processos que envolvam regularização fundiária onerosa e não onerosa, em curso nesta Autarquia. Assim, no ano a que este relatório se refere foram entregues 183 (cento e oitenta e três) dessas declarações.

Os municípios atendidos com a entrega das declarações de tramitação de processos compreenderam um total de 62 (sessenta e dois) e foram os seguintes: Abaetetuba, Acará, Almeirim, Altamira, Ananindeua, Anapu, Baião, Belém, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Breu Branco, Bujaru, Cametá, Capanema, Castanhal, Cumarú do Norte, Curuçá, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Igarapé-Açu, Igarapé-Mirim,

Inhangapi, Ipixuna, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Maracanã, Marapanim, Marituba, Melgaço, Moju, Monte Alegre, Oeiras do Pará, Ourém, Parauapebas, Portel, Porto de Moz, Rondon do Pará, Salinópolis, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santarém São João da Ponta, Tailândia, Tomé-Açu, Tracuateua, Tucuruí, Vigia, Viseu, Xinguara.

Essas declarações são solicitadas pelos demandantes para a consecução de diversos objetivos: embasar requerimentos de aposentadorias junto ao INSS; financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inscrição no programa habitacional do governo federal (Minha Casa Minha Vida), financiamentos bancários, defesas de direitos nas Varas Agrárias, etc.

Além das declarações de tramitação de processos foram expedidas, também, 5 (cinco) declarações de comparecimento, que são aquelas solicitadas por usuários que precisam comprovar em suas bases que compareceram ao ITERPA para tratar dos interesses de suas comunidades. O baixo número se deve a demanda dos usuários, na medida que a demanda maior é de fichas de atendimento.

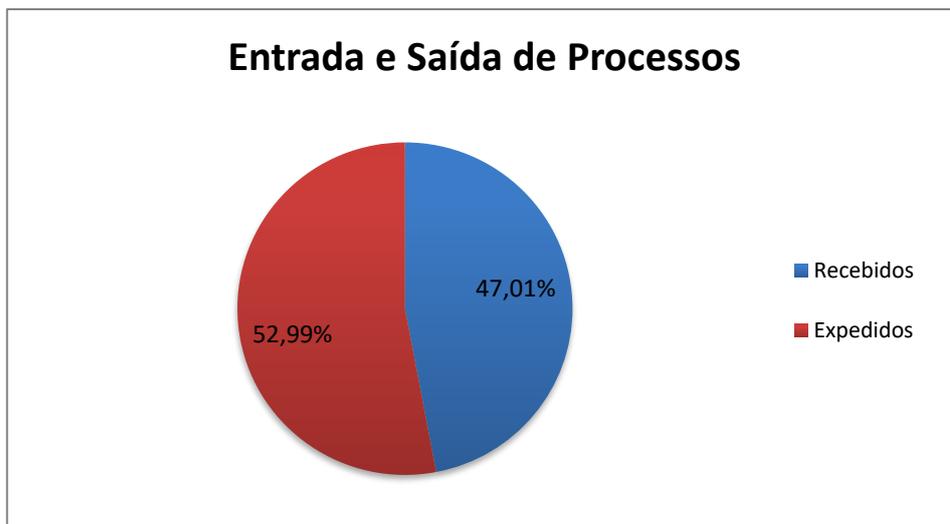
- Entrada e Saída de Processos

Foram recebidos na Ouvidoria **306 processos** e **348 expedidos com despachos processos**. O número maior de saídas em relação ao número de entradas, se explica pelo fato de processos que, em 2020, se encontravam na Ouvidoria aguardando alguma providência, voltaram à tramitação normal, sendo encaminhados a outro setor.

Quadro 20: Entrada e Saída de Processos

PROCESSOS	QUANTIDADE	%
Recebidos e tramitados de 2021	306	87,93
Expedidos de 2020	42	12,07
TOTAL	348	100

Fonte: Ouvidoria Agrária.



- Participação em Reuniões.

A Ouvidoria do ITERPA, sempre que instada em decorrência de convites e/ou convocações de entidades ou órgãos do governo, participa de eventos ou reuniões de trabalho, quer na capital, quer no interior do Estado.

Assim foi que em 2021 esta Ouvidoria participou das seguintes reuniões:

Como integrante da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), do TJPA a Ouvidoria do ITERPA com reuniões mensais, quando pautados assuntos e/ou processos relativos a conflitos agrários envolvendo diretamente o ITERPA.

Houve, ainda, a participação efetiva desta Ouvidoria em várias reuniões de trabalho realizadas sob o comando do presidente deste Instituto, do Assessor Chefe, do titular da Diretoria Jurídica, e, da diretora do DEAF, objetivando finalizar planejamento de ações, repasses de informações e/ou atendimento de pleitos de interesse dos movimentos sociais, comunidades e/ou usuários individuais.

Além dessas, foram realizadas também outras reuniões com o objetivo de agilizar, informar e tomar providências sobre os tramites de processos relativos à regularização de várias áreas, mediação e/ou solução de conflitos agrários, etc. Essas reuniões envolveram:

- 1) Lideranças de vários movimentos sociais rurais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI; Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/MSTU;
- 2) Lideranças/representantes dos sindicatos e/ou comunidades de trabalhadores rurais ligados, ou não, às entidades acima mencionadas, de municípios paraenses diversos;
- 3) Prefeitos, deputados e vereadores, geralmente acompanhados de ocupantes de áreas com processos tramitando no ITERPA;
- 4) Representantes do Ministério Público Estadual (MPE)/Promotorias Agrárias e da Defensoria Pública do Estado do Pará;
- 5) Grupo de Interesse coletivo chefiado pela APR, o qual foi fundamental na solução dos conflitos.

9. O QUE IREMOS FAZER

Em 2022, a meta planejada para as ações de regularização fundiária no estado do Pará será de **5.509 documentos expedidos**. Sendo que **4.300 documentos expedidos serão para a Regularização Fundiária Urbana (REURB)**, ou seja, regularização de núcleos urbanos irregulares nas Regiões do Guajará e Baixo Amazonas, em parceria com os municípios através de termos de cooperação, de modo a assegurar o direito de propriedades aos diferentes segmentos sociais.

Em relação aos Compromissos Regionais do Governo do Estado do Pará, o Iterpa irá emitir 06 títulos definitivos para as comunidades quilombolas, beneficiando 775 famílias, conforme detalhamento a seguir: emitir 01 título definitivo para a comunidade quilombola PEAUFU, localizado no município de Monte Alegre, beneficiando 49 famílias; emitir 05 títulos definitivos para as comunidades quilombolas: ARQUIA no município de Oeiras do Pará, comunidade Ramal do Bacuri no município de Abaetetuba, comunidade de Guajaraúna no município de Moju, comunidade do Alto Acará no município Acará, comunidade de Mupi no município de Cametá, beneficiando 736 famílias.

A regularização fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e Projetos Estaduais Agroextrativistas - PEAEX, visam promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), com previsão de emissão de **647 CDRUs para 3 PEAS e 3 PEAEX, beneficiando 309 famílias**, distribuídos nas regiões de integração do Marajó, Guamá, Rio Capim e Tocantins.

As demandas da sociedade foram contempladas com a política de regularização fundiária nos municípios da região de integração do Tocantins, com previsão de **emissão de 150 títulos individuais onerosos e não onerosos** para os municípios de Barcarena, Moju e Tailândia. Além de emissão de documentos de terra para projetos estaduais de assentamentos e comunidades quilombolas, já mencionados acima.

10. AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)

A atual política agrária do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual 2020-2023, no qual estabelece objetivos, metas e ações alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

O Iterpa é responsável pela ação de Regularização Fundiária dentro do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, estando alinhado a dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, sendo estes:

- 2. Fome zero e agricultura sustentável, com objetivo de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, tendo como meta: 2.3. Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

- 15. Vida terrestre, com o objetivo de proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, tendo como meta: 15.a. Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

Esta ação contribui para o alcance dos objetivos à medida que proporciona a emissão de títulos definitivos para regularização de terras no estado, apresentando avanços relevantes em 2021, com destaque para:

Emissão de **2.430 Documentos de terra**, sendo 1.200 títulos definitivos individuais, 3 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 868 documentos de regularização urbana, 194 concessões de direito real de uso, 147 certidões de terras, 17 termos de permuta e 04 termos de resgate de aforamento, beneficiando cerca de 1.835 famílias de agricultores de todas as Regiões de Integração e 868 famílias de moradores de áreas urbanas da Região do Guajará - municípios de Ananindeua, Belém e Marituba e da Região Carajás - Marabá. Foi aplicado o valor de **R\$ 11.005.986,56** na ação de regularização fundiária. Conforme demonstrado no quadro abaixo.

21 - Documentos Expedidos por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Araguaia	Conceição do Araguaia	5
	Cumaru do Norte	11
	Redenção	1
	Santa Maria das Barreiras	8
	Santana do Araguaia	6
	São Félix do Xingu	116
	Xinguara	1
Baixo Amazonas	Almeirim	2
	Alenquer	8
	Juruti	33
	Monte Alegre	4
	Óbidos	4

	Oriximiná	1
	Prainha	26
	Santarém	3
Carajás	Conceição do Araguaia	1
	Curionópolis	1
	Eldorado dos Carajás	16
	Marabá	273
	Parauapebas	130
	São Geraldo do Araguaia	3
Guajará	Ananindeua	228
	Belém	21
	Benevides	12
	Marituba	385
	Santa Bárbara do Pará	66
Guamá	Castanhal	8
	Igarapé Açu	101
	Maracanã	1
	Marapanim	4
	Santa Izabel do Pará	1
	Santa Maria do Pará	5
	Santo Antônio do Tauá	24
	São Francisco do Pará	94
	São João da Ponta	1
	São Miguel do Guamá	5
Marajó	Bagre	1
	Gurupá	1
	Melgaço	2
	Portel	7
Tucuruí	Breu Branco	6
	Goianésia do Pará	19
	Itupiranga	1
	Nova Ipixuna	1
	Novo Repartimento	2
Caeté	Bonito	2
	Bragança	56
	Capanema	15
	Peixe boi	1
	Santa Luzia do Pará	1
	São João de Pirabas	2
	Tracuateua	10
	Viseu	3

Capim	Aurora do Pará	1
	Bujaru	6
	Dom Eliseu	10
	Ipixuna do Pará	12
	Paragominas	24
	Rondon do Pará	151
	Tomé Açu	42
	Ulianópolis	10
Tapajós	Itaituba	4
	Rurópolis	1
Tocantins	Abaetetuba	3
	Acará	114
	Baião	92
	Barcarena	88
	Cametá	2
	Igarapé Miri	6
	Moju	86
	Tailândia	32
Xingu	Altamira	7
TOTAL		2.430

A organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações unificada e alicerçada aos demais programas, Manutenção da Gestão e Governança Pública.

As ações do programa Governança Pública estão relacionadas a 4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, essas ações favorecem para o alcance dos objetivos conforme colaboram para a formação e melhoria da prestação dos serviços públicos, apresentando avanços relevantes em 2021, sendo eles:

- Capacitação de Agentes Públicos: Esta ação contribui para o cumprimento dos seguintes objetivos:

4. Educação de Qualidade, com o objetivo de assegurar a educação inclusiva e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, tendo como meta: 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número

de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes, com o objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, tendo como meta: 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Ação Realizada em 2021:

- No que diz respeito a ação de capacitação de agentes públicos, em 2021, a meta prevista foi de 10 agentes capacitados, sendo que **2 servidores** participaram de capacitação no mês de novembro, representando 20% da meta prevista, além disso, ocorreu o treinamento interno de 77 novos servidores temporários para utilização dos sistemas SICARF, PAE e sistemas específicos de georreferenciamento. A execução orçamentária teve como dotação real R\$ 70 mil, no entanto, a despesa realizada foi de **R\$ 4,400,00**.

- Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais: Esta ação contribui para o cumprimento do seguinte objetivo:

11. Cidades e comunidades sustentáveis, com o objetivo de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, tendo como meta: 11.7 - Em 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particularmente para as mulheres, crianças e adolescente, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

Ação Realizada em 2021:

- Na ação construção e conservação de imóveis públicos estaduais, foi realizado 1 serviço em execução de instalação do sistema de rede estruturada de dados e voz e sistemas elétrico da sala do georreferenciamento do Iterpa, com execução financeira de **R\$ 37.949,52**. Também está em andamento a Obra de Construção de Sala dos Nobreaks e Passarelas (Processo 2021/361640), incluindo drenagem lateral no prédio do ITERPA, no município de Belém – PA, cujo recurso orçamentário provém do ITERPA através de contrato no valor global de **R\$ 1.769.530,20**, para repasse do Iterpa para SEDOP responsável pela execução da obra.

- Edição e Publicação de Atos da Administração Pública: Esta ação contribui para o cumprimento do seguinte objetivo:

16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes, com objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, tendo como metas: 16.5. Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas; 16.6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.10. Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Ação Realizada em 2021:

- Foram publicados **1.098 atos**. No que diz respeito ao financeiro foi executado **R\$ 231.308,75**.

- Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação: Esta ação contribui para o cumprimento dos seguintes objetivos:

9. Indústria, inovação e infraestrutura, com objetivo de construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação, tendo como meta: 9.c. Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso

universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes, com objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, tendo como metas: 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Ação Realizada em 2021:

Constou de pagamento de **11 contratos** de serviços de gestão da tecnologia da informação e comunicação. Os serviços vão desde a contratação de serviço de tecnologia da informação e comunicação (PRODEPA) à aquisição de software de aplicação. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de **R\$ 3.064.058,26**.

O quadro 22 mostra a relação dos programas e as ações que contribuem para o alcance das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis.

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	ODS	METAS ODS
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Regularização Fundiária	Documento Expedido	2. Fome zero e agricultura sustentável.	2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
			15. Vida terrestre.	15.a - Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
Governança Pública	Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	4. Educação de qualidade	4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
			16. Paz, Justiça e Instituições Fortes.	16.5 - Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas. 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
	Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	11. Cidades e comunidades sustentáveis.	11.7 - Em 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particularmente para as mulheres, crianças e adolescente, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.
	Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	16.5 - Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
				16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
			16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura.	9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.	

		16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
--	--	---	--

11. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

11.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Política Estadual de Regularização Fundiária participa de três programas: Governança Pública, Manutenção da Gestão e Meio Ambiente e Ordenamento Territorial. Em 2021 (jan-dez), a execução orçamentária iniciou o exercício com dotação inicial no valor de R\$ 44,7 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 108,6 milhões, com 34,50% de execução, somando o montante de R\$ 37,4 milhões.

A análise da execução orçamentária por programa mostra que o programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável apresentou maior aporte financeiro (47,16%), pois incorpora despesas com ações de regularização fundiária, como diárias, serviço de agenciamento de viagens, suprimento de fundo, serviço de desenvolvimento do sistema de cadastro e regularização fundiária – SICARF e georreferenciamento. Por outro lado, a execução orçamentária foi de 21,47% em relação ao previsto, este resultado é justificado, em parte, por mudanças na programação das ações de regularização fundiária, como a inclusão da regularização de núcleos urbanos irregulares nas Regiões do Guajará e Baixo Amazonas, que terão maior execução orçamentaria em 2022, quando as atividades serão intensificadas.

O programa Manutenção da Gestão teve participação de 34,47% no aporte financeiro, e execução orçamentária foi de 61,77% em relação ao previsto, dos quais estão relacionadas as despesas com recursos humanos e operações administrativas, o que justifica, em parte, a maior execução orçamentária do programa.

O programa Governança Pública teve participação de 18,37% no aporte financeiro, e sua execução orçamentária foi de 16,78% em relação ao programado, cujo dispêndios estão relacionados, sobretudo, com serviços de tecnologia da informação e comunicação, publicação de atos da administração, capacitação de agentes públicos, despesas com ações da covid19. Para cumprir com as despesas previstas de contratos, investimentos com novos equipamentos, infraestrutura física, infraestrutura logica, e execução de obras de construção foi solicitado maior aporte financeiro de recursos do tesouro, porém a execução orçamentária ficou abaixo do previsto.

Quadro 23: Execução Orçamentária/Financeira I

Programa	Execução Orçamentária/Financeira (R\$ 1,00)			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Governança Pública	7.977.765,00	19.965.235,40	3.349.538,03	16,78%
Manutenção da Gestão	27.041.443,00	37.462.480,13	23.141.402,55	61,77%
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	9.681.051,00	51.253.498,62	11.005.986,56	21,47%
Total Geral	44.700.259,00	108.681.214,15	37.496.927,14	34,50%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Consulta: 12/01/2022)

Em 2021, a execução orçamentária teve como base as fontes de Recursos: Fundo Petrobras com dotação real de R\$ 28 milhões, dos quais R\$ 7 milhões (25,37%) foram liquidados; Recursos Ordinários do Tesouro, com orçamento inicial de R\$ 14 milhões, e dotação real de R\$ 28,3 milhões com execução de R\$ 17 milhões (60%); Recursos Próprio da Administração Indireta com dotação inicial de R\$ 12,1 milhões, atualizados após suplementação para R\$ 18,9 milhões, dos quais R\$ 6,6 milhões (34,97%) foram realizados; Recurso Próprio de Alienação de Bens, com programação inicial de R\$ 18,4 milhões, sendo alterado para R\$ 33,4 milhões, dos quais R\$ 6,7 milhões (20,23%) foram liquidados; e Recursos de convênios com dotação inicial de R\$ 70,6 mil, sendo que não houve nenhuma despesa realizada.

Conforme exposto, a execução orçamentária ficou abaixo do programado, com maior execução, referente a Recurso Ordinário do Tesouro, com execução de 60% de dispêndio financeiro, e Receita Própria da Administração Indireta, com percentual de 34,97%.

Quadro 24: Execução Orçamentária/Financeira II

Fonte	Execução Orçamentária/Financeira (R\$ 1,00)			Execução (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
CONVÊNIOS-0260	70.622,00	70.622,00	0,00	0,00%
Fundo Petrobras/STF-0397	0,00	27.908.378,25	7.079.785,26	25,37%
FUNPEP-0370	0,00	0,00	0,00	0,00%
ORDINÁRIO-0101	14.027.556,00	18.027.556,00	12.758.636,92	70,77%
ORDINÁRIO-0301	0,00	10.300.000,00	4.266.414,56	41,42%

REC. PRÓP. ADM. IND.-0261	12.129.069,00	10.129.069,00	1.166.705,92	11,52%
REC. PROP. ADM. IND.-0661	0,00	8.838.812,62	5.466.960,43	61,85%
RPAB-0223	18.473.012,00	17.030.186,60	121.762,49	0,71%
RPAB-0623	0,00	16.376.589,68	6.636.661,56	40,53%
Total Geral	44.700.259,00	108.681.214,15	37.496.927,14	34,50%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Consulta: 12/01/2022)

11.1.1. Programa: Governança Pública

O programa Governança Pública iniciou o exercício com dotação inicial no valor de R\$ 7,9 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 19,9 milhões, com 16,78% de execução, somando o montante de R\$ 3,3 milhões.

Da Dotação Real, 76,45% foram provenientes de Recursos Próprio de Alienação de Bens, enquanto que, 17,26% foi fonte do Recurso Próprio da Administração Indireta, juntos somaram o montante de R\$ 18,7 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 1,8 milhões (53,79%) correspondem a Outras Despesas Correntes e R\$ 1,5 milhões (46,21%) correspondem aos Investimentos.

Com relação à execução das ações, destacam-se a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi responsável por 91,48% das despesas do programa, com a realização de R\$ 3 milhões do recurso liquidado (17,77%), e a ação de Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, que teve participação de 6,91% das despesas realizadas, correspondendo a R\$ 231 mil executado (45,92%).

Quadro 25: Execução Orçamentária/Financeira Programa Governança Pública

Ação	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Capacitação de Agentes Públicos	35.000,00	70.000,00	4.400,00	6,29%
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	2.500.000,00	1.997.169,60	37.949,52	1,90%
COVIDPARÁ - Ações de Planejamento e Administração	0,00	150.000,00	11.821,50	7,88%
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	47.250,00	503.732,00	231.308,75	45,92%
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.395.515,00	17.244.333,80	3.064.058,26	17,77%
Total Geral	7.977.765,00	19.965.235,40	3.349.538,03	16,78%

11.1.2. Programa: Manutenção da Gestão

O programa Manutenção da Gestão iniciou o exercício com dotação Inicial no valor de R\$ 27 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 37,4 milhões, com 61,77% de execução, somando o montante de R\$ 23,1 milhões.

Da dotação real, 43,16% foram provenientes de Recursos Ordinário do Tesouro, enquanto que, 28,05% foi fonte do Recurso Próprio da Administração Indireta, 15,49% Recurso Próprio de Alienação de Bens e 13,30% de Recurso do Fundo Petrobras, juntos somaram o montante de R\$ 37,4 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 15,9 milhões (68,73%) correspondem a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 6,3 milhões (27,31%) representa Outras Despesas Correntes e R\$ 917 mil (3,96%) correspondem aos investimentos.

Com relação à execução das ações, destacam-se a Operacionalização das Ações de Recursos Humanos, que foi responsável por 72,92% das despesas do programa, com a realização de R\$ 16,8 milhões do recurso liquidado (88,77%), e Operacionalização das Ações Administrativas, que teve participação de 16,32% das despesas realizadas, correspondendo a R\$ 3,7 milhões executado (27,67%).

Quadro 26: Execução Orçamentária/Financeira Programa Manutenção da Gestão

Ação	Execução Orçamentária/Financeira (R\$ 1,00)			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	300.000,00	504.840,00	275.510,40	54,57%
Concessão de Auxílio Alimentação	1.300.000,00	3.588.395,06	1.858.929,54	51,80%
Concessão de Auxílio Transporte	250.000,00	710.902,22	356.127,32	50,10%
Operacionalização das Ações Administrativas	10.803.747,00	13.648.415,17	3.775.960,82	27,67%
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	14.387.696,00	19.009.927,68	16.874.874,47	88,77%
Total Geral	27.041.443,00	37.462.480,13	23.141.402,55	61,77%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 12/01/2022)

11.1.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

O programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial iniciou o exercício com dotação inicial no valor de R\$ 9,6 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 51,2 milhões, com 21,47% de execução, somando o montante de R\$ 11 milhões.

Da dotação real, 44,15% do recurso foram provenientes do Fundo Petrobras, enquanto que, 24,08% foi fonte do Recurso Próprio de Alienação de Bens, 21,85% Recursos Ordinário do Tesouro e 9,78% de Recurso Próprio da Administração Indireta, juntos somaram o montante de R\$ 51,2 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 5,9 milhões (54,38%) representa os Investimentos, e R\$ 5 milhões (45,62%) correspondem a Outras despesas Correntes.

Quadro 27: Execução Orçamentária/Financeira Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

Ação	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Regularização Fundiária	9.681.051,00	51.253.498,62	11.005.986,56	21,47%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 12/01/2022)

11.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO

O detalhamento da execução orçamentária por região de integração apresenta a distribuição orçamentária da meta inicial e realizada do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, na ação de regularização fundiária. Em 2021 (jan-dez), a execução orçamentária iniciou com dotação de R\$ 9,6 milhões, sendo que o recurso executado totalizou R\$ 11 milhões, superando o valor inicial programado.

Todas as regiões foram contempladas com ações de regularização fundiária, sendo que a região do Guajará respondeu por 81,6% do total do recurso executado, pois incorpora despesas com ações de regularização fundiária, como diárias, suprimento de fundo, serviço de desenvolvimento do sistema de cadastro e regularização fundiária – SICARF, georreferenciamento, locação de veículos, e

aquisição de material de consumo e de equipamentos para atividade campo, marcos de concreto e serviço de aerofotogrametria.

Na região do Guajará, a execução orçamentária foi de R\$ 8,9 milhões, correspondendo a 135,5% da meta inicial, que foi de R\$ 6,6 milhões.

A região do Tocantins participou com 4% do total do recurso executado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 233 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 440 mil, superando o valor inicial previsto, este resultado pode ser explicado, em parte, pela ampliação da ação de regularização fundiária em municípios não programados.

A região do Carajás respondeu por 3,15% do total do recurso executado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 60 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 346 mil, superando o valor inicial previsto, em razão da ampliação da ação de regularização fundiária em municípios não programados.

A região do Guamá participou com 3,56% do total do recurso executado. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 391 mil, superando a dotação inicial de R\$ 140 mil. Nesta região destaca-se ação de regularização fundiária não programada na comunidade quilombola de Santa Maria de Muraiteua, no município de São Miguel do Guamá, com a execução de atividades de georreferenciamento.

A região do Baixo Amazonas participou com 2,32% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 71 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 256 mil, superando o valor inicial previsto. Destaca-se nesta região a implementação do programa de regularização fundiária urbana (REURB) no município de Juruti e Santarém, ação não prevista no planejamento.

A região do Rio Caeté correspondeu por 1,91% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 210 mil, representando a superação da dotação inicial (R\$ 174 mil).

A região do Rio Capim participou com 1,94% do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 405 mil, a despesa realizada totalizou R\$ 214 mil, valor que ficou abaixo do esperado.

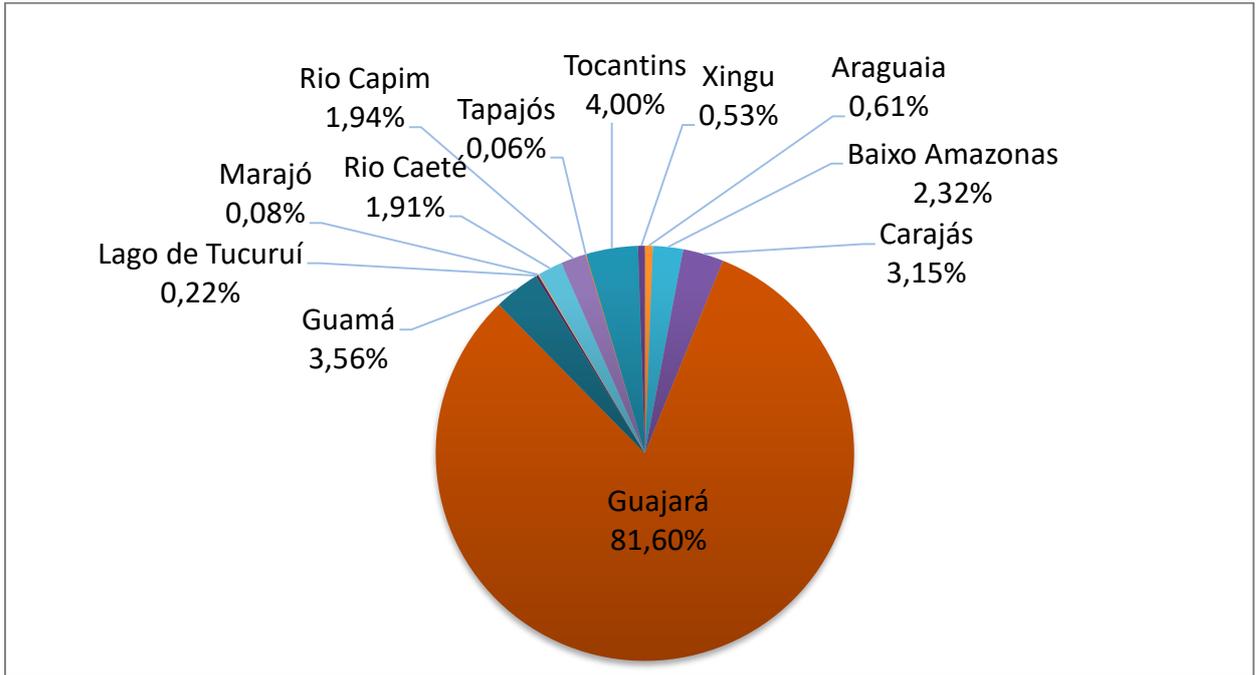
A região do Araguaia representou 0,61% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou o exercício com dotação Inicial no valor de R\$ 1,6 milhão, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 67 mil, com 4,24% de execução. Este resultado ficou abaixo do esperado em razão da reprogramação das atividades de campo na ação de regularização fundiária, por problemas técnicos e operacionais (entrega de veículos, remanejamento das ações do governo), além da questão relacionada prevenção da covid.

A região do Xingu respondeu por 0,53% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 180 mil, e despesa realizada somando o montante de R\$ 58 mil, com desempenho abaixo do esperado.

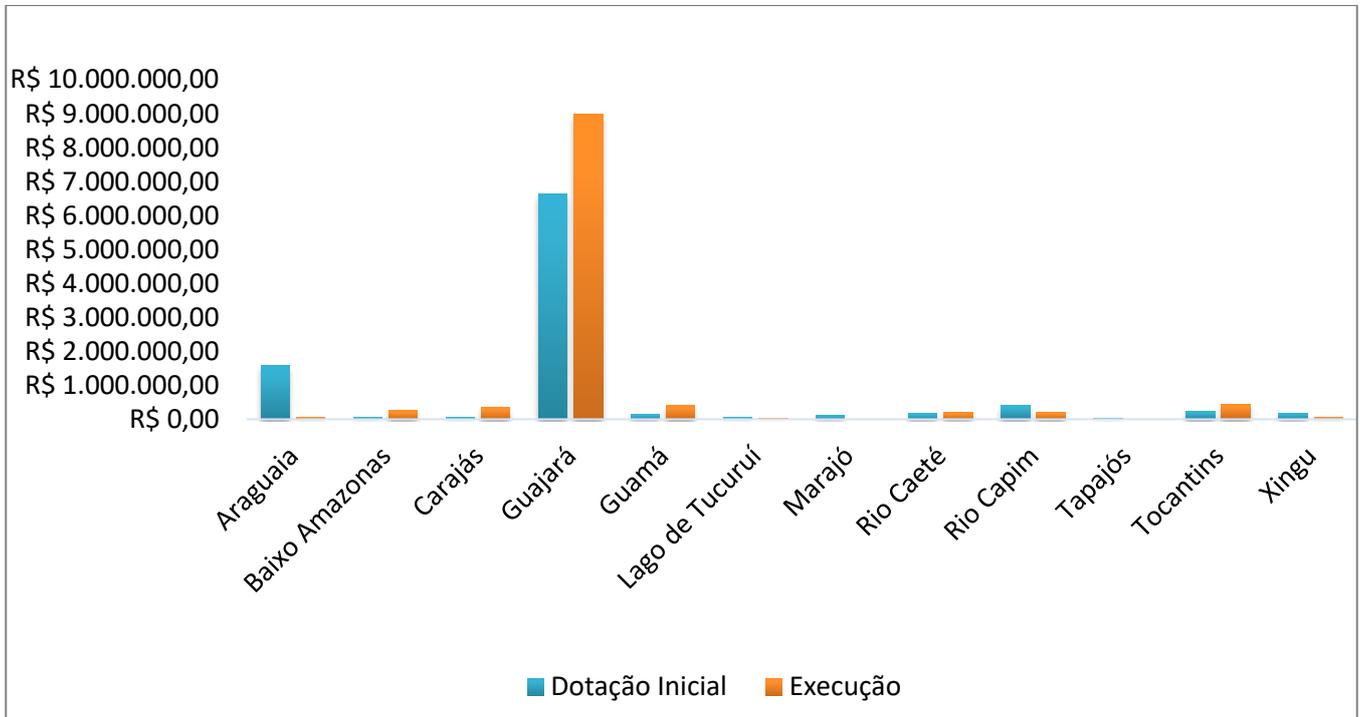
A região do Marajó participou com 0,08% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 113 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 9 mil, ficando baixo do valor inicial previsto.

A região do Tapajós respondeu por 0,06% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve como dotação inicial de R\$ 40 mil, sendo que a despesa realizada somou o montante de R\$ 6,4 mil, este desempenho ficou abaixo do esperado.

**Distribuição do Recurso Executado por Região de Integração, em 2021
(jan-dez).**



**Meta Orçamentária Inicial e Recurso Executado (Em R\$) por Região de
Integração, em 2021 (jan-dez).**



11.3. AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS COMPROMISSOS REGIONAIS

O Iterpa é responsável pela emissão de títulos para comunidades remanescentes de quilombo, sendo este um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial para ordenar o uso e a ocupação do solo. A meta inicial era emitir 20 títulos coletivos para comunidades quilombolas, sendo 03 para o Baixo Amazonas, 03 para o Guamá, 1 para o Rio Capim e 13 para o Tocantins durante o período de execução do PPA 2020-2023.

No exercício de 2021, foi alcançada 15% da meta estabelecida: 01 título para Comunidade União São João no município de Prainha pertencente a Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta para região e beneficiando 19 famílias e 01 para Comunidade Nossa Fátima de Crauateua no município de São Miguel do Guamá na Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta regional e beneficiando 42 famílias. Foi emitido 01 título, que não estava previsto na meta do PPA, para Comunidade Tatituquara, *São Sebastião, Ajará e Boa Esperança* no município de Bagre na Região do Marajó, beneficiando 41 famílias.

Quadro 28: Compromissos regionais original

Objetivo: Ordenar o uso e a ocupação do solo				
Meta: Emitir títulos para comunidades remanescentes de quilombo				
Região	Previsto	Realizado	%	Observação
BAIXO AMAZONAS	3	1	33	1. União São João - Prainha. Título emitido
GUAMÁ	3	1	33	Nossa Senhora de Fátima de Crauateua – São Miguel do Guamá
CAPIM	1	0		
TOCANTINS	13	01	8	Comunidade São Benedito - Cametá
TOTAL	20	2	15	

Durante a revisão do PPA 2022 a 2023, foi feita alteração e exclusão de metas estabelecidas e inclusão de emissão títulos para regiões de Caetés e Marajó. A meta ficou em emitir 11 títulos para comunidades quilombolas: 2 para o Baixo Amazonas;

01 para Região do Guamá; 01 para o Marajó; 01 para a Região dos Caetés e 06 para Região do Tocantins. Já foram emitidos 06 títulos para comunidades quilombolas o que corresponde a 54% da meta. Nas regiões do Caetés, Guamá e Marajó foi atingida 100% da meta.

Quadro 29: Compromissos regionais revisados

	Objetivo: Ordenar o uso e a ocupação do solo				
	Meta: Emitir títulos para comunidades remanescentes de quilombo				
Região	Previsto	Revisado	Realizado	%	Observação
BAIXO AMAZONAS	3	2	1	50	1. União São João - Prainha. Título emitido
GUAMÁ	3	1	1	100	Nossa Senhora de Fátima de Crauateua – São Miguel do Guamá
CAETÉ		1	1	100	Comunidade Cuxiú - Bonito
CAPIM	1		0		
MARAJÓ		1	1	100	Comunidade Balieiro - Bagre
TOCANTINS	13	06	01	17	Comunidade São Benedito – Cametá
TOTAL	20	11	6	54	

Os processos de regularização fundiária estão em diferentes fases de execução. A situação dos processos em andamento está descrita no quadro abaixo:

QUADRO 30: COMPROMISSO REGIONAL - PROCESSOS DE ÁREAS DE QUILOMBOS COM SUAS TRAMITAÇÕES NO PERÍODO DE 2020

Região de Integração	Processo	Município	Comunidade	Área em ha	Famílias Nº	Situação	Setor
Baixo Amazonas	2010/191581 2019/550791	Prainha	União São João	1.709,05	19	Título definitivo coletivo emitido	
	2013/123018	Monte Alegre	PEAFU	1.184,78	49	Os autos já passaram pela cartografia e também houve publicação. Estava programada para esse semestre ação da segunda fase de campo, porém, devido a pandemia, os trabalhos foram suspensos, precisa replanejar uma nova data para a ação de campo.	GCQ
Tocantins	2006/31389	Abaetetuba	Ramal do Bacuri	911, 2263	72	Foram realizados todos os trabalhos de campo, inclusive com levantamento de benfeitorias de posses para indenizações que abrange um valor total de R\$ 511.642,71 , ainda não foi efetuado o pagamento, falta orçamento. Obs.: Ilhas de Abaetetuba, já foi titulado em 05/06/2002	GCQ
	2010/40428	Acará	Q. Alto Acará	16.122,50	398	ARMAQUALTA, Foi realizada ação de campo nessa área em março do corrente ano, o processo no momento encontra-se na GCQ para análise dos trabalhos de campo.	GCQ
	2013/598092	Cametá	São Benedito	3.335,71	133	Título definitivo coletivo emitido	
	2006/137413	Moju	Guajaraúna	1.630,26	46	Encontra-se na GCG, desde 09/06/2020, para realização de pesquisas cartográficas. Foi identificado e avaliado uma propriedade que precisa ser indenizada no valor de R\$ 50.566,17	GCQ
	2012/295929	Moju	Juquiri	1.013,21	65	Precisa ser efetuado a segunda fase de campo (georreferenciamento), e verificar a situação de uma área titulada que compromete a integralidade da área quilombola. (por sugestão, antes, deverá ser efetuado uma vistoria para ver em campo essa situação).	GCQ
	2009/334519	Moju	Poacê	1.602,98	66	Foi efetuado as duas fases de campo, porém, o polígono foi dividido em duas partes, devido, dois proprietários não permitirem que a equipe do ITERPA, levantassem as benfeitorias para indenizações. Precisa ser avaliado uma visita novamente na área, caso não seja permitido os trabalhos, deve ser analisado pela diretoria competente medidas cabíveis.	GCQ
	2015/211283	Oeiras	ARQUIA	1.060, 8933	59	Os autos já passaram pela cartografia e também houve publicação. Estava programada para esse semestre ação da segunda fase de campo, porém, devido a pandemia, os trabalhos foram suspensos, precisa replanejar uma nova data para a ação de campo.	GCQ

Guamá	2007/247407	São Miguel do Guamá	Nossa Senhora de Fátima do Crauateua	746,7239	42	Título definitivo coletivo emitido
Caetés	2013/320903	Bonito	Cuxiú	357,2168	35	Título definitivo coletivo emitido
Marajó	2012/94830	Bagre	Balieiro	2.998,5055	53	Título definitivo coletivo emitido

11.4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, META FÍSICA E FINANCEIRA

11.4.1. Programa: Governança Pública

No Programa Governança Pública, o Iterpa participa com cinco ações estratégicas com o objetivo de prover a governabilidade do poder executivo e aprimorar o desenvolvimento de pessoas, sendo estes: Capacitação de agentes públicos; Construção e conservação de imóveis públicos estaduais; Edição e publicação de atos da administração pública; e Gestão de tecnologia da informação e comunicação.

No que diz respeito a ação de capacitação de agentes públicos, em 2021, a meta prevista foi de 10 agentes capacitados, sendo que 2 servidores participaram de capacitação no mês de novembro, representando 20% da meta prevista, além disso, ocorreu o treinamento interno de 77 novos servidores temporários para utilização dos sistemas SICARF, PAE e sistemas específicos de georreferenciamento, motivo pelo qual a execução de recursos financeiros nesta ação foi baixa. A execução orçamentária teve como dotação real o valor de R\$ 70 mil, no entanto, a despesa realizada foi de R\$ 4.400,00.

Na ação construção e conservação de imóveis públicos estaduais, a meta prevista foi de 1 obra, sendo realizado 1 serviço em execução de instalação do sistema de rede estruturada de dados e voz e sistemas elétrico da sala do georreferenciamento do Iterpa, o que representará o cumprimento da meta prevista em 100%, com execução financeira de R\$ 37,9 mil. Também encontra-se em andamento a Obra de Construção de Sala dos Nobreaks e Passarelas (Processo 2021/361640), incluindo drenagem lateral no prédio do ITERPA, no município de Belém – PA, cujo recurso orçamentário provém do ITERPA através de contrato no valor global de R\$ 1.769.530,20, para repasse do Iterpa para SEDOP responsável pela execução da obra.

A ação COVIDPARÁ foi incluído no Programa Governança Pública, com o objetivo de realizar ações de combate aos efeitos da pandemia na gestão governamental. Para tanto não foi definido meta física e nem dotação inicial, pois as despesas foram executadas de acordo com a necessidade do órgão. Dessa forma, a execução orçamentária teve como dotação real o valor de R\$ 150 mil, no entanto, a

despesa realizada foi de R\$ 11.821,50, e constou de serviços de limpeza e sanitização de áreas e aquisição de álcool em gel, correspondendo 7,88% da execução financeira.

Na ação edição e publicação de atos da administração pública, a meta prevista foi de 260 atos publicados, entretanto, foram publicados 1.098 atos, representando a superação da meta em 322% da meta programada, entre os principais atos publicados foram: portarias, atos administrativos de regularização fundiária, edital de compra de terras, distrato de contrato, apostilamentos, termos de retificação, extrato de contrato, inexigibilidade de licitação, edital de notificação, dispensa de licitação, termo aditivo, termo de homologação, editais de permuta. No que diz respeito ao financeiro foi executado R\$ 231,3 mil, ou seja, 45,92% da dotação real que foi de R\$ 503,7 mil.

A ação gestão de tecnologia da informação e comunicação, com meta prevista de 9 serviços, realizou 11 serviços, representando a superação da meta em 22,22%, são serviços que vão desde a contratação de serviço de tecnologia da informação e comunicação (PRODEPA) à aquisição de software de aplicação. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de R\$ 3 milhões, representando 17,77% da dotação real (R\$ 17,2 milhões).

Quadro 31: Execução Meta Física e Financeira do Programa Governança Pública

Ação	Produto	Un	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			(%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10	2	20,00%	35.000,00	70.000,00	4.400,00	6,29%
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	1	1	100,00%	2.500.000,00	1.997.169,60	37.949,52	1,90%
COVIDPARÁ - Ações de Planejamento e Administração	Municípios Atendidos	Un	0	1	#DIV/0!	0,00	150.000,00	11.821,50	7,88%
Edição e Publicação de Atos da	Ato Publicado	Un	260	1.098	422,31%	47.250,00	503.732,00	231.308,75	45,92%

Administração Pública									
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	9	11	122,22%	5.395.515,00	17.244.333,80	3.064.058,26	17,77%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 12/01/2022)

11.4.2. Programa: Manutenção da Gestão

No Programa Manutenção da Gestão, o Iterpa possui cinco ações estratégicas com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do Estado, sendo estes: Abastecimento de unidades móveis do estado; Concessão de auxílio alimentação; Concessão de auxílio transporte; Operacionalização das ações administrativas; e Operacionalização das ações de recursos humanos.

Na ação de abastecimento de unidades móveis do estado, em 2021, teve como meta prevista 27 unidades abastecidas, sendo que foram abastecidas 28 unidades, correspondendo a superação de 3,7% da meta. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de R\$ 275,5 mil, representando 54,57% da dotação real (R\$ 504,8 mil), sendo que em novembro a dotação real teve um aditivo devido ao reajuste do preço do combustível, com acréscimo de R\$ 125 mil ao montante.

Na ação concessão de auxílio alimentação, a meta prevista foi de 177 servidores beneficiados, sendo que no período foram beneficiados 263 servidores, representando uma superação de 48,6% da meta prevista, este resultado é justificado em razão do aumento do quantitativo dos servidores temporários contratados. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 1,8 milhão, representando 51,80% da dotação real (R\$ 3,5 milhões), sendo que ocorreu uma suplementação de receita aumentando o montante destinado para esse gasto.

Na ação concessão de auxílio transporte, a meta prevista foi de 126 servidores beneficiados, entretanto, foram 240 servidores que receberam auxílio transporte no período, representando uma superação de 90,5% da meta programada, reflexo do aumento do quantitativo de servidores temporários contratados. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 356 mil, representando 50,1% da

dotação real (R\$ 710,9 mil), sendo que ocorreu uma suplementação de receita aumentando o montante destinado para esse gasto.

Com relação a ação operacionalização das ações administrativas, a meta prevista foi de 41 contratos mantidos, sendo realizado 43 contratos, representando 4,9% de superação da meta. Em relação ao financeiro foi executado R\$ 3,7 milhões, ou seja, 27,67% da dotação real que foi de R\$ 13,6 milhões.

Na ação operacionalização das ações de recursos humanos, a meta prevista foi de 359 servidores remunerados, sendo 341 servidores remunerados no período, ocasionando a superação da meta programa em 4,9%. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 16,8 milhões, representando 88,77% da dotação real (R\$ 19 milhões).

Quadro 32: Execução Meta Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão

Ação	Produto	Un	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			(%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	Un	27	28	103,7%	300.000,00	504.840,00	275.510,40	54,57%
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	177	263	148,6%	1.300.000,00	3.588.395,06	1.858.929,54	51,80%
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	126	240	190,5%	250.000,00	710.902,22	356.127,32	50,10%
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	41	43	104,9%	10.803.747,00	13.648.415,17	3.775.960,82	27,67%
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	359	341	95,0%	14.387.696,00	19.009.927,68	16.874.874,47	88,77%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 12/01/2022)

11.4.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

No programa meio ambiente e ordenamento territorial, o Iterpa é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra para pequenos e médios produtores rurais.

Considerando os resultados no PPA, em 2021, a meta programada para as ações de regularização fundiária foi de 1.967 documentos expedidos, entretanto, foram emitidos 2.430 documentos, correspondendo a superação em 23,5% da meta prevista.

Em relação à execução financeira, as despesas realizadas somaram um montante de R\$ 11 milhões, representaram 21,47% da dotação orçamentária real, que foi de R\$ 51,2 milhões, ressaltando-se que a dotação inicial foi suplementada em R\$ 43,2 milhões. Vale destacar a transferência voluntária de recursos do estado para o município de Belém para a regularização fundiária urbana da região Metropolitana de Belém, no valor de R\$ 5 milhões.

Quadro 33: Execução Meta Física e Financeira do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

Ação	Produto	Un	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			(%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	1.967	2.430	123,5%	9.681.051,00	51.253.498,62	11.005.986,56	21,47%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 12/01/2022)